

JOÃO MARTINS PEREIRA

Outubro. Novembro. Tempo que já foi de sonhadores Palácios de Inverno. Hoje, de recomeço pendular não se sabe bem do quê, como se ainda andássemos todos pelos bancos da escola. Porque na vida, como na História, recomeços, quando os há, não escolhem meses certos.

Restam gestos, frases, acções, eventos. Sinais quase sempre indecifráveis que pontuam os destinos individuais e colectivos. Um belo dia, alguns deles nos ajudarão a decifrar o que foi. Exercício tardio, sem riscos. Reconfortante.

O risco de pensar, de tentar decifrar, é o preço a pagar para que os sinais do futuro possam ser outros. Para que nem todos os gestos sejam gratuitos, nem todas as palavras inúteis, nem todas as acções fracasadas. Os (e as) de que somos sujeitos, claro.

Outubro. Novembro. Que sinais? No meio desta "paz" político-cultural em que tudo parece correr sem novidade, em que tudo parece "harmonizar-se" para nosso bem (a "coabitação", a concertação, a inflação, eu sei lá!), dois "temas" me trouxeram alerta. Ambos não são de agora. É de aceleração que se trata.

A partida, a 11 de Novembro, de uma caravela quincentista que vai redescobrir o Cabo da Boa Esperança é apenas o caricato culminar de um neo-nacionalismo em crescendo. Nacionalismo-ideologia, não nacionalismo-aspiração à independência de povos oprimidos ou colonizados. Nacionalismo a que só não chamo ridículo porque, no seu aparente bacoquismo, é da família dos que já deram as piores tragédias.

Primeiro foi o patrioteirismo eleitoral do M.E.C. e do Sr. Arquitecto, sem falar nos "portugalísimos" slogans de campanha de quase todos os partidos. Depois, o gesto heróico de Graça Moura clamando num desforço nacional contra a UNESCO. Estavam para vir os já outonais delírios anti-espanhóis, porque vão fazer comemorações dos descobrimentos melhores do que "as nossas", porque um ministro espanhol terá reivindicado a descoberta do Brasil (ao que fir-

memente "respondemos" desenterrando provas de que "descobrimos" a América), porque a exposição de arte espanhola em Paris ofuscou a "nossa", porque "eles" vão ter jogos Olímpicos e "nós" não, vão fazer uma exposição universal em Sevilha e "nós" não, andam a namorar as "nossas" ex-colónias, etc., etc.

E faltava ainda o risível "sonho de Sá Machado", em que embarcou muito intelectual de "esquerda", não fossem considerá-lo finenos patriota que os outros. E até um concerto rock, designado por "Jornadas do Império", foi organizado por uns tais "Malucos da Pátria". E um erudito colóquio se fez, chamado "A memória da Nação". E um projecto municipal de animação da zona ribeirinha do Porto de Lisboa foi crismado "Projecto Caravela".

Talvez seja tudo coincidência. Talvez isto passe. Talvez se trate, muito simplesmente, de gente que aproveita a onda para aparecer nos jornais e na televisão. Talvez que em muitas destas coisas haja dinheiro (da CEE?) a ganhar, negócios a fazer. Talvez. Mas convém estar atento.

Outro tema: o dinheiro. Curiosamente, a coisa menos nacional que se possa imaginar... "Fazer dinheiro voltou a ser respeitável em Lisboa, 13 anos depois de os revolucionários terem fechado a Bolsa, nacionalizado 53% da economia e transformado a palavra capitalismo num termo obscuro", diz uma revista americana. "A Bolsa de Lisboa está doída, e estão muito activos empresários jovens, ambiciosos, competitivos que querem ser ricos rapidamente", diz o "New York Times". E o "Monde": "O dinheiro (em Portugal) deixou de ser um tabu, tal como 'fazer dinheiro'. Em certos casos, isso parece mesmo ter-se tornado a virtude número um e a principal aspiração." Cavaco começou a falar de "capitalismo popular" (como Thatcher) a propósito das privatizações, e viu enlevado o disparo das cotações da Bolsa, indício claro de "saúde" da economia e do bom funcionamento do "mercado de capitais". À custa do Fundo Social Europeu, fizeram-se fortunas, que toda a gente

sabia fraudulentas, e nada se fez até a CEE "desconfiar". A aspiração de qualquer gestor público é ser despedido a meio do mandato e receber uns milhares de contos de indemnização, multiplicáveis na Bolsa em poucas semanas (até há pouco...). Ou arranjar um belo tacho em Bruxelas. Ou Estrasburgo (não é, Medeiros Ferreira, não é Pimenta?). Muitas empresas estão falidas, mas os accionistas ou proprietários cada vez têm mais dinheiro.

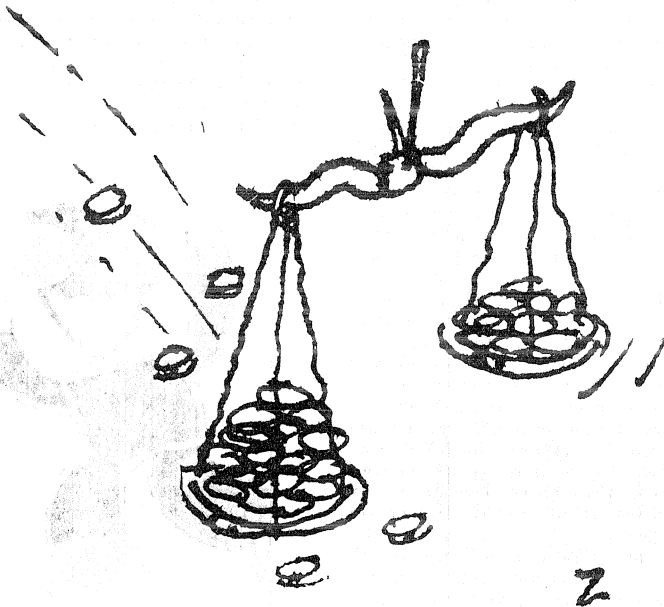
Tudo óptimo... até 19 de Outubro. Nesse dia, desfizeram-se, à escala mundial, fortunas imaginárias, e muitos ficaram endividados para o resto dos seus dias (ou talvez não...). Por cá, percebeu-se (como se fosse preciso!) que toda a prosperidade cavaquista está à mercê de uma frase pronunciada em Washington, de uma decisão tomada em Frankfurt, de uma reunião em Tóquio ou em Berna. "O mercado (bolsista) aquece ou acalma-se a um simples boato", dizia o "Libération". "Uma ansiedade nunca explicitada (em Nova Iorque) era a de que Reagan dissesse inadvertidamente alguma coisa que agravasse o pânico", segundo a "Time". É claro que o "gato por lebre" de Cavaco não chegou as essas paragens. E a sua fé no "mercado", não o impediu de ter de intervir, sob pena de arruinar muitos milhares de... eleitores (como também o fizeram muitos dos seus parceiros ideológicos nas catedrais do liberalismo internacional!).

Vai ser difícil, agora, manter com igual vigor o apetite desmedido pelo "dinheiro fácil" (até o Fundo Social Europeu vai começar a dar desgostos). Mas dinheiros da CEE, especulação, corrupção, contrabando, trabalho infantil e ao domicílio, etc., etc., continuarão a dar múltiplas oportunidades a todos aqueles que não vivem de um salário ou de uma pensão. Mas serão estes últimos os que pagarão os efeitos de uma recessão internacional que muitos anunciam. Não os que têm andado a jogar numa "Bolsita" cujas subidas e descidas nada terão que ver com nada. Nem conosco. Só não digo que "capitalismo" continua a ser uma palavra obscena, porque obscenidades não é o que mais me crispa. É o próprio capitalismo.

JUSTIÇA NEGÓCIO

JUSTIÇA PESADELO

JOÃO MARTINS PEREIRA



O DIREITO SERVE PARA REPRIMIR

Denis Langlois é um dos mais conhecidos advogados franceses, especializado em defesa dos direitos civis. Pedimos-lhe que nos comentasse a evolução da política do governo francês acerca do direito de asilo dos refugiados bascos — direito não escrito, mas tradição importante que só recentemente começou a ser quebrada.

Combate - A coordenação de actividades policiais a nível europeu, como a que se tem verificado entre Espanha e França, prefigura uma ofensiva generalizada contra o direito ao asilo?

D.L. - O problema está em que na Europa existe um acordo entre uma série de partidos da esquerda moderada que estão no governo e a direita clássica, no sentido de defenderem a ordem estabelecida face a quem põe em causa a exploração, face a todas as minorias que possam levantar outros valores, criticar a desigualdade entre ricos e pobres, as fronteiras surgidas do acaso ou de guerras passadas, ou a ideia de que só os grandes partidos se podem suceder no poder... Para responder a essas questões, desenvolve-se uma ordem policial a nível europeu. É a velha ideia do ex-presidente Giscard: o espaço europeu existe desde agora, no terreno político. As minorias são cada vez mais massacradas, nega-se-lhes o direito à palavra. O que ocorre em Euskadi Sul, e agora no Nordeste, funciona como um banco de ensaio...

Combate - Que pensa um advogado que tem que enfrentar uma Justiça que condena a dez meses de prisão um polícia que assassina um jovem árabe e que organiza, num fim-de-semana, a prisão de duzentos bascos sob mera suspeita?

Quem venha acompanhando a série televisiva "As teias da lei", já se terá apercebido de que o que está em disputa na generalidade dos processos apresentados são incriveis somas em dinheiro. da ordem das dezenas ou centenas de milhares de contos. Ter-se-á também dado conta de que a matéria de muitos dos processos diz respeito a casos que não levariam qualquer português a recorrer aos tribunais. Terá ainda observado que aquele moderno gabinete de advogados funciona como qualquer grande empresa, em que os ditos advogados são "avaliados" através dos montantes das indemnizações que conseguem. Chega a suceder que, quando aqui ou ali parece surgir um elemento "não-contabilizável", chamemos-lhe "humano", ele não passa de mais uma pequena manobra para fazer subir a indemnização: uma jornalista injustamente despedida de uma cadeia de televisão que, a poucos minutos da decisão do júri, recusa uma vultuosa indemnização proposta particularmente pelo advogado contrário, invocando princípios morais ("quero ir até ao fim, que me seja feita publicamente justiça!"), acaba por confessar ao seu próprio advogado que o fez apenas por ser essa uma condição imposta por uma editora para lhe publicar um livro contando o seu caso (pelo que lhe pagaria um montante superior ao da indemnização proposta...).

Em resumo, percebe-se que se está numa sociedade em que a Justiça funciona como um poderoso redistribuidor de rendimentos, entre os que têm melhores e piores advogados, o que não quer dizer que seja entre os que têm e os que não têm a razão pelo seu lado. Percebe-se que se está numa sociedade altamente competitiva, em que todos desconfiam de todos, em que todos estão prontos a acusar todos (uma revista americana chamou-lhe há pouco uma "sociedade litigiosa"). Sabe-se, aliás, que os próprios advogados, por vezes, "descobrem" matérias para processo e propõem aos potenciais queixosos defender-lhes a causa "à comissão": se ganharem, dividem as indemnizações, se perderem, não cobram o serviço. Sabe-se também, que as companhias de seguros cada vez mais investigam e seleccionam os seus clientes de "responsabilidade civil", pois qualquer ridículo prejuízo causado a terceiros pode dar origem (se o advogado for dos bons e as influências ainda melhores — isto em comparação com os advogados e as influências da própria seguradora...)

a ruinosas indemnizações. Um exemplo: o "baby-sitting", ou guarda de crianças, é hoje praticamente impossível de segurar.

A um ser comum, digamos ingenuo, para quem o ideal da justiça seria o da rigorosa capacidade de destringir, não só jurídica mas também humanamente, "quem é o culpado" e "quem é o ofendido", este espectáculo do negócio das culpas parece estar muito longe de algo que a isso se assemelhe.

Portugal está nos antípodas disto, o que poderia ser bom. Mas não é, exactamente por se tratar dos antípodas. Aqui, as pessoas simplesmente fogem da Justiça, preferindo, como mal menor a ofensa à reparação. O mundo judicial é visto como um pesadelo a evitar a todo o custo. Tem-se a sensação — e com razão! — que qualquer processo "são anos à espera", "são rios de dinheiro para advogados", "são jogos (testemunhas inventadas, corrupção, etc.) que escapam a qualquer controlo", "são leis que parecem feitas para nos prejudicar" ou, enfim, "são decisões (e tudo depende de quem foi o juiz que nos caiu em sorte) que, mesmo quando são favoráveis, não chegam a ser cumpridas." Dir-se-á que isto é apenas mais uma manifestação típica deste tal povo de brandos costumes. E claro que, e ainda bem, Portugal não é (ainda que muitos desejem que o venha a ser) a sociedade agressiva e competitiva que só pensa no triunfo individual doa a quem doer. Mas o que conta, em definitivo, é a desconfiança, ou o temor, face a um monstro frio e labirintico a que chamam a "Justiça", que a sabedoria do tal ingenuo cidadão intuitivamente distingue da "razão": "eu posso ter razão, mas tenho a lei contra mim" é coisa que sabe, por exemplo, qualquer automobilista que bate no carro da frente por culpa deste. Nem sempre a lei será tão obviamente injusta como neste e em muitos outros casos. Mas a presunção de que, faça-se o que se fizer, são os "fortes que têm sempre razão" (não são eles, afinal, que "fazem" as leis?) não é tão pouco razoável quanto isso.

Desiste-se, pois, de ter razão. Desiste-se, sobretudo, de a ir defender com unhas e dentes em terreno estranho e minado como são os corredores e as salas dos tribunais. Assim. Democraticamente.

Justiça-negócio, no "grande país modelo". Justiça-pesadelo neste país em forçada aprendizagem de liberalismos alheios. Para quando, e como, Justiça-razão, ou Justiça-justiça?

AMÉRICA LATINA

BOLETIM DE SOLIDARIEDADE
COM A AMÉRICA LATINA
nesta edição
20 ANOS DA MORTE DE CHE
OS ACORDOS DE PAZ NA
AMÉRICA CENTRAL
assinatura anual 300\$00

G S A L
R. PINHEIRO CHAGAS, 77-2.º Esp. 1000 LISBOA

porque se guardam ➔ só vão à força os ladrões pequenos ➔

MORREU MARGUERITE

Morreu Marguerite Yourcenar. Caso raríssimo de coincidência entre moda e qualidade, é indiscutível que grande parte da sua popularidade nos últimos anos de vida se devem à apetência pelo "romance histórico" típico de períodos românticos, como são sempre os de grandes crises — o tempo que vivemos, portanto. Não impede que tenha sido uma das grandes escritoras deste século cuja obra vai, aliás, muito para além dos romances que, à falta de melhor, poderão entrar naquela vaga categoria.

A nossa homenagem é apenas a tradução dum a passagem do prefácio a "Alexis", conto magistral sobre o drama de um homossexual: "Pouco se terá talvez reparado em que o problema da liberdade sensual sob todas as suas formas é, em grande parte, um problema de liberdade de expressão. Parece, com efeito, que, de geração em geração, as tendências e os actos variam pouco; o que muda, pelo contrário, é, ao seu redor, a extensão da zona de silêncio ou a espessura dos estratos de mentira. E isso não é só verdadeiro para as aventuras interditas: é no interior do próprio casal, nas relações sensuais entre marido e mulher, que a superstição verbal mais tiranicamente se impôs. O escritor que procura tratar com

HOMENAGEM A YOURCENAR

honestidade a aventura de Alexis, eliminando da linguagem fórmulas supostas de bom-tom, mas na realidade meio-atemorizadas ou meio-brejeiras, que são as da literatura fácil, não terá à disposição mais do que dois ou três processos de expressão, mais ou menos defeituosos e por vezes inaceitáveis. Os termos do vocabulário científico, de formação recente, destinados a passar de moda com as teorias que lhes deram origem, deteriorados por uma vulgarização sem limites que rapidamente lhes retira as virtudes da exactidão, deveriam ficar reservados às obras especializadas, para que foram feitos; estas palavras-etiqueta vão contra o fim mesmo da literatura, que é a indivisibilidade da expressão. A obscenidade, método literário que sempre teve os seus adeptos, é uma técnica de choque defensável se se trata de forçar um público convencional ou 'blasé' a olhar em face o que não quer ver, ou que, por excesso de hábito, já não vê. (...) Mas esta solução brutal mantém-se uma solução exterior: o leitor hipócrita tende a aceitar a palavra insólita como uma forma de pitoresco, se não de exotismo, um pouco como o turista de passagem numa cidade estrangeira se autoriza a visitar-lhe os 'bas-fonds'. (...) A brutalidade da linguagem esconde a banali-

dade do pensamento e (com algumas grandes excepções) é facilmente compatível com um certo conformismo.

"Uma terceira solução se oferece ao escritor: o emprego dessa língua despojada, quase abstracta, ao mesmo tempo circunspecta e precisa, que em França serviu durante séculos aos pregadores, aos moralistas, e por vezes também aos romancistas da época clássica para tratar o que então se chamava 'os desvarios dos sentidos'. (...) Pela sua própria discrição, esta linguagem decantada pareceu-me particularmente adequada à lentidão reflexiva e escrupulosa de Alexis, ao seu esforço paciente para se libertar, malha por malha, com um gesto que desata mais do que rompe, da rede de incertezas e restrições em que está envolvido, ao seu pudor onde entra o respeito pela própria sensualidade, ao seu firme propósito de conciliar sem baixa o espírito e a carne".

A ter presente, ao ler a abundante produção literária caseira mais recente. Haverá por aí da tal "literatura fácil"? Ou da "banalidade de pensamento" disfarçado pela "brutalidade da linguagem"? Atenção, leitores.

j. m. p.

JOSÉ AFONSO

A 19 de Novembro último, decorreu a sessão pública que culminou o processo de constituição da Associação José Afonso. Organizada na Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, esta celebração, pois foi também de uma celebração que se tratou, reuniu diversos amigos do Zeca que procuraram, desta forma, continuar a sua actividade.

(...) "O nosso encontro faz-se sob a invocação e à sombra tutelar do patrono da Associação. Sem saudosismos nostálgicos e melancólicos, por muito profundos e vivos que sejam os sentimentos de cada um em relação ao Zeca e à sua memória.

"É à vida dele — e não na morte — que iremos buscar a inspiração, com o que de algum modo lhe atraçamos, postumamente, a natural simplicidade e a contumaz modéstia. São

MEMÓRIA DA VIDA

os seus passos marcados que procuramos seguir, tanto quanto isso caiba no percurso colectivo que iniciamos e em nós mesmos.

(...)

"Transmudar esse legado, que é de todos quantos o admiraram e admiram, em objectivos concretos que caibam no âmbito das actividades da Associação, será a tarefa do dia a dia, para a qual concitamos os esforços de quem esteja verdadeiramente interessado no papel e no seu destino. Com especial destaque para os jovens.

"A Associação José Afonso é porta aberta. Não se quer feudo de ninguém, nem a realização dos seus fins se compatibiliza na concepção circular restrita de aderentes. O que importa é fazer convergir o maior número de vontades para a consecução dos objectivos que se propõe. Dentre estes podemos destacar a

difusão da personalidade e do papel de José Afonso, passando pela recolha e tratamento dos documentos que se lhe referiram e referem, a defesa e valorização da sua obra, a colaboração com as iniciativas válidas identificadoras com tal escopo; e também a colaboração com as organizações de natureza cultural e artística, especialmente de carácter popular, a acção em favor da música portuguesa, as preocupações pedagógico-formativas dos jovens e outras actividades directas em todos estes e outros domínios." (...)

Para informações ou inscrição na Associação José Afonso, escrever para Associação José Afonso, Casa Bocage, Rua Edmundo Bartissol, 2900 Setúbal.

A Associação José Afonso

CGTP ENTRA

A CGTP acabou por entrar no Conselho da Concertação Social, após algumas hesitações e compassos de espera. O caso não era para menos, depois de toda a campanha que anteriormente fizera para criticar esta estrutura.

É certo: pode considerar-se que a participação de organizações sindicais em organismos conjuntos com o patrono e o Estado não é uma questão estratégica, e depende finalmente da avaliação que se fizer de cada momento e da orientação a levar a cabo. Por isso, muitos sindicalistas combativos não se opõem por princípio a essa participação, tal

CONCERTANDO I

como não se opõem e participam em negociações de contratação colectiva.

Contudo, é também óbvio que o actual momento é o pior para entrar no CCS, após a vitória eleitoral da direita, podendo ser entendida tal atitude como um gesto desmobilizador e desmoralizado — à vitória do Cavaco o movimento sindical opõe a concertação. Portanto, de pouco serve o discurso de dirigentes da Inter que argumentam no sentido de transformarem essa iniciativa numa "grande vitória".

Por outro lado, o debate levado a cabo, para terminar numa decisão que seria o PCP a

tomar em último recurso — o que foi muito evidente pelas conclusões da reunião CC do PCP —, foi extremamente pobre e empobrecedor. Basta dizer que o que se perguntava era "sim" ou "não" à entrada no CCS, quando o que se impunha discutir era o que é que os sindicatos e dirigentes da CGTP lá vão fazer. E esta questão fundamental foi totalmente escamoteada.

Naturalmente reforça-se a actualidade da oposição a todo o pacto social, tecto salarial ou acordo que dê fôlego à vitória e à normalização cavaquista.

a. f.

AMÉRICA CENTRAL

Quando os cinco presidentes da América Central se encontrarem de novo, este mês de Janeiro, tal como prevêem os acordos de Esquipulas, alguns dos pontos dos acordos de paz estarão ainda por concretizar. Se isso é verdade, também não se deve esquecer que desde 7 de Agosto alguns avanços significativos foram dados, para reduzir os custos humanos da guerra e alcançar a paz.

Os acordos não são um ponto de chegada. São o início de um longo e complexo processo de negociação que, desde já, representou um triunfo contra a estratégia agressiva e militar da administração Reagan. Pela primeira vez, ao longo da conturbada história centro-americana, os países da região, no seu conjunto, recusaram as "recomendações" e os planos do poderoso vizinho do Norte, procurando encontrar, por si mesmos, os caminhos que mais servem os seus interesses enquanto países independentes e soberanos.

GLÓRIA AO ESTADO

Sabido que falta às repúblicas burguesas o brilho, o espanto, o espectáculo, que oferecem os requintados palácios, os cerimoniais e as cortes das monarquias de antanho. Mesmo as monarquias de hoje, burguesas e democráticas também elas, estão longe de ser o que eram. O que importa nestes prosaicos dias são os negócios, e estes, como se diz, têm por alma o segredo, não o espectáculo. E se o espectáculo resta, não passa do exibicionismo grosseiro dos endinheirados, que se disputam as mais caras jóias ou piscinas, os mais caros iates ou automóveis.

No entanto, uma república pobretanas como a nossa, vem demonstrar ao mundo que isso não tem de ser assim, que o fausto de Estado pode coabitar com a democrática repartição de carências. Não só Belém começa

CORREIA DA SILVA

— Torres Couto, a sua resposta ao Dr. Cadilhe foi um bocado áspera, não acha?

— Quem não tem ronha não joga **poker**. Este jogo não contempla os cálculos mais ou menos frios em que o Dr. Cadilhe é especialista. Tínhamos realmente combinado (não digo onde, pode ser que sirva para outra vez); tínhamos realmente combinado uma taxa de 6%, mas o Dr. Cadilhe não sabe o que é **bluff**. Eu perdia o pé, e a cara, se logo dissesse 6% sim senhor, a INTER estava lá. Só por isso eu disse 6,5%. Tinha que haver luta, pelo menos a aparência dela, e aos finais eu chegava-me aos 6%. Não entendeu, perdeu a tola o Dr. Cadilhe. Foi contar o combinado, o aprendiz... Consequências: ficou desconcertada a Concertação. É o que nos acontece quando aceitamos amadores como parceiros. Mas a luta continua, amadores para a rua! Os trabalhadores podem continuar a confiar em mim. Quer-se dizer, podem continuar a confiar na UGT.

— "A luta continua" não é um **slogan** da

ACORDOS DE PAZ

Sabe-se das dificuldades e das limitações que estes países têm para seguir um caminho próprio: a dependência económica e militar, a permanência de tropas norte-americanas em alguns a países da região, são alguns factores que pesam na hora das decisões concretas. Por outro lado, Washington conhece as limitações das suas boas intenções pacificadoras quando têm de enfrentar a "real politik". Assim, procuram demonstrar que os sandinistas — pese embora o facto de terem sido o país que mais avançou no cumprimento dos acordos — são o principal obstáculo à paz na região. A administração norte-americana tem feito da informação e do "controlo das mentes" a prioridade do que chama "guerra de baixa intensidade".

Os acordos prevêem os seguintes pontos essenciais que os governos devem desenvolver:

- iniciar um diálogo com todos os grupos de oposição não armada e com os que se aco-

lheram à amnistia:

- realizar todas as acções necessárias para conseguir um efectivo cessar-fogo dentro do marco constitucional;
- dar plena liberdade de imprensa, de reunião e de mobilização;
- levantar o estado de emergência;
- solicitar aos governos regionais ou extra-regionais que cessem a ajuda aberta ou encoberta que prestam a forças irregulares;
- impedir o uso do território nacional para agredir outros estados.

Segundo os dizeres do acordo, estes pontos constituiriam um todo "harmónico e indivisível" a ser cumprido em simultâneo. A próxima cimeira, ao fazer o balanço dos avanços e das dificuldades encontradas, terá certamente presente a conclusão mais evidente: que a Administração Reagan é o principal obstáculo para que sejam dados passos mais significativos no caminho da paz. **a. m.**

SOARES, O MAGNÂNIMO

a parecer-se muito com uma corte, em que os nobres e conselheiros régios de outros tempos se chamam "assessores" e em que os vistosos bailes de salão foram substituídos por bailados e concertos de câmara para uma periférica corte de convidados como, sobretudo, o Príncipe não dá um passo que se não faça acompanhar de numeroso séquito, a que agora se usa chamar comitiva. Então quando a ida é ao estrangeiro, nem se fala.

As últimas viagens à URSS e a Espanha, em menos de um mês, cuja importância política foi obviamente diminuta (basta pensar na gravidade e confidencialidade das questões tratadas entre Soares e Gorbachev, tendo como intérprete... um jornalista!) contaram com comitivas que chegaram ao inacreditável número de 80 pessoas, cuja função não era

outra, claro, do que engrandecer aos olhos do embaçado mundo a figura do Príncipe, magnânimo na sua "generosidade convidante" e na distribuição do dinheiro do contribuinte. Não houve, é certo, elefantes a passearem-se agora como em Roma no tempo do Senhor D. João V, mas talvez apenas porque os paquidermes tivessem sido todos "engolidos" pelos que por cá ficaram à procura de um emprego.

Há um século, noticiavam diariamente os jornais que "Suas Majestades e Altezas passam sem novidade em suas importantes saúdes". Com a falta de assunto que por aí vai, porque não recomencar essa "saúdável" prática?

j. m. p.

CANIBAIS GABINETE

INTER?

— Sim, teria sido, talvez... Mas eu sou contra a unicidade, até a dos **slogans**.

— Dr. Cavaco: e as contas apresentadas pelo Prof. Dr. Freitas do Amaral?

— Quem perde é quem paga a factura. Foi sempre assim. E depois, o Outro, talvez até seja melhor...

— Camarada Abrantes, já leu a "Perestroika"?

— Não, e tenho a impressão que não vou ler, não tenho tempo, há outras coisas mais importantes. Pelo que ouvi dizer, aquilo é uma simples divulgação das teses expostas pelo nosso Camarada Álvaro Cunhal no seu livro "O Partido Com Telhados de Vidro", **palma qui meruit ferat**. Perdão, risque telhados, é paredes, é paredes... E de vidros inquebráveis, monolíticos, muito bem foscados, pin-

celadas uma a uma. Chovam pedras da esquerda e da direita, Marinha Grande reforçada, o mundo está dividido em dois blocos, o fascismo não passará, o Pai dos Povos é conosco, **qui habet aures audienti, audiat!**

— O Sr. Major é agente da DINFO?

— É segredo. O segredo é a minha profissão.

— A DINFO colaborou na matança de "ctarras" em França?

— É segredo.

— A DINFO colaborou com a polícia espanhola e francesa na preparação da matança?

— É segredo.

— Sr. Major: como classifica o Otelo?

— É um terrorista.

— O Sr. Major é contra o terrorismo?

— Depende.

— Depende de quê?

— Já lhe disse que o segredo é a minha profissão.

3 1/2

CONCENTRAÇÃO

a palavra de ordem

Os sectores industriais tradicionais, como se sabe, estão, à escala europeia, em pleno processo de reestruturação, que envolve sempre uma **concentração**, ou seja, uma redução do número de empresas; os têxteis, os adubos, os electrodomésticos brancos, a construção naval, a própria siderurgia. Mas o mais interessante é que isso não se passa apenas nesses sectores. Segundo uma revista francesa, numa actividade actualmente em "desregulamentação" (palavra arrevezada, hoje muito usada para dizer "diminuição da intervenção disciplinadora do Estado", ou seja, liberalização), os transportes aéreos, as companhias vão jogar no "efeito dimensão": "A nível europeu a tendência é para a concentração. Em 1992, os vencedores serão sem dúvida as grandes estruturas empresariais." Mais ainda, o mesmo sucede com indústrias de ponta. Um especialista afirma que, na área da mini-informática (onde dois fabricantes, IBM e NEC, já detêm 1/3 do mercado) "de 13 actualmente, o número de construtores passará a 6 dentro de poucos anos." E idênticas previsões se fazem por exemplo, no sector da computação digital. Ora, quem diz concentração diz, necessariamente, limitação da concorrência. São as etapas habituais nos sectores estratégicos: mercado livre/concorrência-empresas dominantes/menos concorrência-monopólio/não-concorrência. Que dirão a isto os paladinos do liberalismo económico? (v. adiante "Tecnologia e sociedade futura").



liberal e demo

GRAFISMO JOSÉ CERQUEIRA

Não é o liberalismo a concepção do mundo que, forjada laboriosamente por sucessivas gerações de humanidades, cientistas e filósofos, fundou emfim na Razão a eminente liberdade do indivíduo, até inscrever o seu nome e o traduzir em direitos na declaração de Independência dos Estados Unidos e, na França de 1789, na declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão? Não é, pelo seu lado, a forma democrática de governo aquela a que esses documentos (e todas as diversas Constituições que, nas décadas seguintes, em numerosos países neles se inspiram) deram corpo, através de mecanismos de representação dos cidadãos, fonte última da soberania nacional? Não se implicam, portanto, liberalismo e democracia, ou melhor, não será esta a tradução prática (e lógica) no plano político dos ideais liberais?

Origens

Confrontemos de imediato estas interpretações com dois textos de influentes pensadores liberais: os franceses Benjamin Constant e François Guizot.

Diz o primeiro: "A classe laboriosa não tem menos patriotismo que as outras classes. (...) Mas um é, a meu ver, o patriotismo que dá coragem para morrer pelo seu país, outro o que dá a capacidade de bem conhecer os seus [do país] interesses. É pois, necessária qualquer condição adicional para além do nascimento e da idade prescrita pela lei. Esta condição é o lazer indispensável à aquisição das luzes, a recitação do júri-zo. Só a propriedade assegura esse lazer: só ela torna os homens capazes do exercício dos direitos políticos." O segundo: "O caos esconde-se hoje [1849] por detrás de uma palavra: Democracia. (...) Ideia fatal que é preciso erradicar. A paz social tem esse preço. E, com a paz social, a liberdade, a segurança, a prosperidade, a dignidade, todos os bens morais e materiais que só ela pode garantir."

Hoje já não se dizem coisas destas, com tal franqueza, mesmo quando religiosamente se professa, com ares de "cientista social", uma ideologia com mais de dois séculos, cujo crédito fora decrescendo face às realidades concretas da vida social, até ressuscitar há poucos anos como coisa nova.

Interessa determo-nos um pouco naqueles dois textos, escrito um quando a prática liberal dava os seus primeiros passos na Europa, outro a meio do século XIX, em plena fase das revoluções democrático-republicanas. Que a propriedade deve ser anterior à liberdade política, já que é sua condição, diz-nos Constant. Não encontraríamos fórmula mais clara para exprimir a natureza da "ideologia da burguesia ascendente" que foi o liberalismo e, em simultâneo, a ideia de que, derrubado o poder absoluto já declinante do "Antigo Regime", havia agora

que limitar os apetites de massas populares pobres e incultas, cujo destino se devia cingir a mendigar **livremente** o seu trabalho no "mercado do emprego" e a morrer pela Patria quando necessário. Por isso os sistemas eleitorais de então fixavam limites mínimos de rendimento para se ser eleitor (ou seja, cidadão), e por vezes mais restritos ainda para se poder ser eleito: nos Estados Unidos, com 4 milhões de habitantes, o primeiro corpo eleitoral era de 120 mil eleitores (3%); em França, os limites fixados pela lei de 1817, à data em que escrevia Constant, reduziam os eleitores a 90 mil e os elegíveis a 16 mil em mais de 20 milhões de habitantes. Numa palavra, dos "direitos inalienáveis" proclamados pela cartilha liberal, só a pequena fracção abastada da população de facto beneficiava. Só triunfara, afinal, o liberalismo económico. A burguesia lutara, em nome da liberdade, contra o poder absoluto que lhe tolhia os movimentos e o acesso à propriedade, mas instaurava o seu próprio poder minoritário. Mesmo Herculano, o exigente defensor dos princípios liberais, escrevia em 1836: "Que importa o respeito da propriedade ao que nada possui? Que vale a liberdade da palavra para o que só tem de profíper maldições e queixumes?"

A Democracia contra o Liberalismo

A aspiração democrática irá nascer **contra** o liberalismo. As palavras de Guizot bem o demonstram. O sufrágio universal (masculino), só então conquistado, aterrorizava: é a liberdade, a segurança, a prosperidade dos proprietários o que obviamente o preocupa. E os democratas e republicanos de então pouco mais pretendiam, para além do alargamento do sufrágio, do que a laicização do Estado e o desenvolvimento da instrução pública. Estava ainda por fazer a longa história da luta pelos "direitos sociais", que muitos pensam, erradamente, ser inerentes a qualquer "democracia liberal": o direito à constituição de sindicatos livres, o direito à greve, a redução das horas de trabalho (luta interminável, essa), o descanso semanal, as férias pagas, a protecção e a segurança social, etc., etc. Nada disto foi conquistado pelo voto. O movimento operário, de inspiração socialista ou anarquista, foi o motor de todas essas batalhas, e muitas foram ganhas em momentos de "grande pânico" da burguesia: o pós-guerra de 1918, a crise de 1929 e a grande depressão subsequente, o pós-guerra de 1945. Cada vez mais, foram os interesses de grupos ou classes sociais que estiveram em confronto, e não os interesses individuais.

Na realidade, como qualquer ideologia, o próprio liberalismo económico serviu mais a bandeira do capitalismo em expansão do que como "regra de vida": o proteccionismo foi sempre mais prezado pelo patronato do que o livre-

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Liberalismo e Democracia

JOÃO MARTINS PEREIRA

câmbio, o Estado sempre concedeu generosos favores aos empresários, a concentração capitalista desfigurou a livre concorrência e gerou poderes supranacionais, enfim, a aventura colonial (impossível sem a força das baionetas) foi uma poderosa fonte de acumulação. Mais, foram políticas intervencionistas que salvaram o capitalismo nos anos 30, foi a guerra que, em definitivo, resolveu o problema do desemprego, foram mecanismos concertados e planejados que reconstruíram a Europa, foram dispositivos no campo da saúde e da segurança social que asseguraram um mínimo de "paz social", e ainda hoje permitem aos nossos liberais ir aumentando o desemprego sem "perigosas" convulsões sociais, enquanto gritam alto e bom som que esta crise só se poderá resolver com uma drástica redução do papel (e do "tamanho") do Estado e com o retorno aos grandes princípios de há dois séculos — princípios que em todos esses momentos foram claramente violados por exemplares regimes democráticos... Ainda recentemente, dizia a revista americana "Fortune", que de negócios sabe alguma coisa: "O que parecem ignorar os conservadores (para os quais os fracassos no combate ao big government anunciam o que Hayek chamava "os caminhos da servidão", é o facto de que os sistemas de tomada de decisão económica nos modernos "estados-Providência" reflectem as escolhas e os interesses de indivíduos e empresas privadas, mais do que os dos decisores ou planificadores governamentais." Está tudo dito.

Os adoradores do mercado

Nos nossos dias, abundam os exemplos de que democracia (mesmo a que conhecemos) e liberalismo estão longe de mutuamente se implicar. É no Chile de Pinochet que os ultra-liberais da Escola de Friedman experimentam o seu "ultra-liberalismo" económico; países como a Coreia ou Taiwan, de duros governos autocráticos, são dados como exemplo das virtudes desenvolvimentistas do liberalismo económico (que estão, aliás, longe de praticar); nos chamados países ocidentais, são os dirigentes mais autoritários e reaccionários os mais fervorosos paladinos do liberalismo económico (Thatcher e Reagan são apenas os exemplos mais conhecidos).

Quanto aos novos *maitres à penser*, um Hayek e um Popper, este o autor de cabeceira de Freitas e de Espada, não se pode dizer que as suas elaboradas construções lógicas e obviamente utópicas constituam um hino à democracia, que merece a desconfiança do primeiro e que, para o segundo constitui um método idealizado de "discurso científico" entre políticos e cidadãos ultra-informados e ultra-racionais que obviamente não existem. São ambos "adoradores do mercado", mas politicamente conservadores. E entre nós, para frisar bem a não-impli-

cação, quem diria de um Sr. Ferraz da Costa, tão liberal economicamente (em palavras, pelo menos) que "está ali um democrata!?" Não é preciso ser grande observador para constatar que, em qualquer país, o chamado "mundo de negócios" põe em primeiro lugar a liberdade e segurança dos ditos negócios, muito antes da defesa dos "direitos democráticos dos cidadãos".

Liberalismo ou intervencionismo?

É óbvio que nunca nenhuma crise do capitalismo, e não foram poucas até à que atravessamos, foi resolvida por "acção espontânea" das forças do mercado, e esta também não o será. As formas de intervencionismo é que se vão ajustando à própria natureza das crises: onde estaria a economia americana sem as fabulosas injeções financeiras (reforçadas pelo liberal Reagan) nos programas militares e espaciais? É a mais próspera economia do mundo, sem exagero a "economia dominante" já hoje e na nova fase do capitalismo que desponta, o Japão, combina elementos obviamente não-liberais, nem política nem economicamente, por forma a não conhecer os rigores da crise do capitalismo ocidental: uma "relação simbiótica" (no dizer de um especialista) entre o governo e o mundo dos negócios, com o mesmo partido no poder há mais de 30 anos; um proteccionismo cerrado; um emprego garantido para toda a vida, sem prejuízo de altas produtividades e de uma "dedicação" quase religiosa ao sucesso da empresa.

Nessa nova fase do capitalismo, em que a informação (no sentido lato) desempenhará o papel de "mercadoria poder-dominante", tudo indica que, contrariamente ao que muitos pensam, serão muito fortes as tensões antidemocráticas: a informação-poder (a ciência, a alta tecnologia) tenderá à concentração, enquanto a informação de massa, uniformizadora e finalmente ilusória, incita ao deslumbramento e à submissão. Será comparável o poder de uma empresa que se dedica à manipulação genética (e daí retirará fabulosos lucros) e o do cidadão que pode consultar a lista telefónica num vídeo?

Poderá uma esquerda hoje dizer-se liberal? Se põe o acento nos "direitos individuais" e, sobretudo, nos "direitos sociais", pode, se quiser, dizer-se democrática e, ainda assim, convém que precise de que democracia fala (e, neste artigo, só falamos da democracia que existe, não da desejável). Se põe o acento naquilo que o liberalismo essencialmente é, enquanto ideologia — a livre iniciativa empresarial, o livre jogo das forças do mercado, a competição de todos contra todos, a desigualdade criadora da "dinâmica" económica — então o melhor é nem se chamar esquerda.

Mas o melhor, ainda, é não precisar de adjetivos.

TECNOLOGIA E sociedade futura

Num artigo intitulado "A vida na Idade das Redes", a revista *Datamation* procura visualizar as consequências para a organização social, da crescente interligação, por uma densa rede integrada de telecomunicações (que no futuro se virá a verificar), entre empresas e sectores industriais e de serviços. Para isso, apoia-se no depoimento de William Melody, professor de Comunicações e orientador de um programa de investigação sobre os efeitos das tecnologias de informação no mundo futuro. Citemos, sem comentários, alguns passos desse depoimento. "A noção de que a tecnologia reforçará a democracia, por forma que todos poderemos votar a cada momento sobre cada problema, por exemplo, é simplesmente irrealista." "Estas mudanças [refere-se ao aumento da influência das empresas transnacionais] afectarão sensivelmente a capacidade dos Estados-Nação para controlarem os seus próprios destinos e economias. Veja-se a vaga actual de fusões de empresas a nível internacional. Um vagar mais deste tipo nos próximos 30 anos, e teremos alguns gigantes monolíticos empresariais." "Talvez que o modelo das sociedades futuras seja o de mercados dominados por monopólios e oligopólios internacionais. Isto significa que as políticas anti-trust, de concorrência e de comércio terão de ser radicalmente reavaliadas." "Os prejuízos e as falências poderão ser catastróficas." O comentador do *Datamation* conclui que "a combinação de todos estes factores de mudança na estrutura do poder e no comércio internacional com a tendência para a densificação das redes poderá ser a receita para um desastre". E volta a citar Melody: "Chegado a este ponto temos de interrogar-nos se faz sentido usar ao máximo a nossa capacidade de criação de redes." Dizemos nós, apenas: é isto que nos promete o liberalismo à solta.

CONCORRÊNCIA

SIM PARA MINISTROS

O Governo dá o exemplo. Entramos na CEE, viva a sã concorrência, vamos a isso! É por certo a explicação da feroz competição que se vem verificando entre ministros. Primeiro, foi Cadilhe a retirar a tutela de numerosas empresas industriais a Mira Amaral. Depois foi Mira Amaral a morder os fundos do FEDER (da órbita de Valente de Oliveira), para conseguir "algum" para apoio à indústria (o famoso PEDIP). Depois foi a luta entre os dois (Mira e Valente) junto da CEE, a propósito do sistema de incentivos, a tal ponto que em Bruxelas já nem se sabia qual era a "posição do governo português", pois cada um que lá aparecia dizia o contrário do outro. E a luta continuará, naturalmente, com a aplicação dos ditos fundos, pois, destinando-se embora "à indústria", não deixam de vir do bolo "regional".

Na recente assinatura do contrato de atribuição de dinheiro, foi Valente de Oliveira que falou: marcou um ponto. Mira nem estava presente. O que se seguirá? Mas nada de más interpretações: não são descentendimentos, ou rasteiras — é concorrência!

J. M. P.

CONCORRÊNCIA

NÃO PARA AMIGOS

O caso da CEETA, aquele gabinete de estudos energéticos mais conhecido pelo "Grupo de Amigos do Eng. Carlos Pimenta", que ganhou contratos de centenas de milhares de contos sem concurso, dá matéria para alguma reflexão. Por um lado, um dos seus dirigentes, o Prof. Bagnier, afirmou que o gabinete nunca se apresentou a concursos porque, dados os seus baixos preços, isso seria fazer concorrência desleal aos outros gabinetes.

Tudo, portanto, em defesa da tal "sã concorrência", apenas não sendo claro se obter os contratos directamente, sem concurso, não é, na mesma, uma concorrência desleal... Mas, por outro lado, o Eng. Pimenta explicou que sendo os homens da sua confiança e garantindo-lhe a eficiência que desejava, ao contratá-los sem concurso não estava mais do que a defender o interesse público. O que é de reconhecer, muito antiliberalmente, que a não-concorrência pode ser melhor para o interesse público do que a dita. Em que ficamos? Mas há mais. Falou-se em corrupção e outras terríveis coisas. Nada se provou. E está certo. Tudo foi feito ao abrigo de um diploma recente sobre concursos públicos em que, numa pequena frase, se admite que possa não os haver. Pimenta limitou-se a aplicar essa pequena frase, com despacho de Valente de Oliveira, e ficou tudo legal.

Os amigos, todos os amigos de todos os governantes, podem ficar descansados. Podem ir obtendo os seus favores dentro da mais estrita legalidade. E ou não é isto tudo muito liberal?

J. M. P.

LIBERALISMO À PORTUGUESA

Passar à iniciativa privada tudo aquilo que dá dinheiro, diminuir o peso e a intervenção do Estado na economia — estas são regras de ouro do liberalismo proclamado por todos os governos de direita que, nos últimos anos, têm chegado ao poder em muitos países europeus (e não só, como se sabe). As privatizações sucessivas de empresas públicas — das rentáveis, claro —, de que Thatcher foi pioneira, têm sido a fórmula mais badalada. A Portugal, como é hábito, a moda chegou atrasada, na pior altura, e é bem provável que nunca venha a medir o "capitalismo popular" tão caro ao primeiro-ministro.

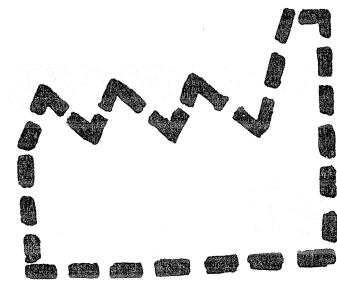
Mas virá em breve outra menina dos olhos de Cavaco: a liberalização dos despedimentos. E virão talvez mais algumas "extinções", a fórmula mais fácil de "liberalizar", sobretudo quando afinal... não se extingue nada. Ocorre-nos, de memória (e isso vem de trás: já Soares e Balsemão iam "liberalizando" o que podiam); a extinção do Fundo de Abastecimento, pois havia que "liberalizar" os preços, mas ele lá continua a existir; a do Fundo de Fomento de Habitação, pois a construção de habitações devia ser função da iniciativa privada, mas ele continua a existir com outro nome; a da CNP, pois o mercado petroquímico não permitia rentabilizar a empresa, que... continua a produzir; a Empresa Pública de Parques Industriais, por desempenhar funções que não devem competir ao Estado, e ela continua a funcionar; a ANOP, caso ridículo em que o Estado, im-

potente para extingui-la, criou, ele próprio, uma empresa privada para lhe fazer concorrência, e acabou finalmente por fundir as duas, mas ambas continuam a operar separadamente; o Gabinete da Área de Sines que, extinto, ainda há dias abriu um concurso público, e lá continua no sítio, como sempre.

Um funcionário de um organismo ameaçado várias vezes de extinção dizia há tempos: "Isto é como o linco da Malcata. Está-se sempre a falar da sua extinção iminente, mas ele lá continua impávido e sereno."

Donde virá esta óbvia incapacidade de, na prática, concretizar aquilo que a ideologia aconselha? É que o liberalismo, sendo a ideologia da "iniciativa e liberdade" individuais, viola direitos sociais adquiridos e extrema a desigualdade, pelo que tem poucos adeptos ao nível dos cidadãos comuns, dos "eleitores". Ora, não foi o próprio Cavaco que, muito antes de ser governante, escreveu: "O horizonte temporal dos políticos é mais curto do que o da sociedade, porque a duração dos seus mandatos é breve (...) e o seu principal interesse é serem reeleitos de modo a permanecerem no poder". Queixava-se, então, de ser por isso que os políticos não davam ouvidos às receitas miraculosas dos economistas. Que diria a isto o Cavaco-economista? Mas lá que o Cavaco-político sabe como se ganham eleições...

J. M. P.



É durante o mês de Fevereiro que a A.R. vai aprovar a Proposta de Lei do Governo sobre as privatizações. Trata-se de abrir até 49% do capital social de algumas das actuais EPs à chamada "subscrição pública".

Ao fazê-lo, o governo de Cavaco procura apañar o comboio das privatizações que, um pouco por todos os países capitalistas, tem marcado os discursos e mesmo a prática do poder estabelecido.

A experiência inglesa

A Grã-Bretanha tem sido o país onde essa prática tem sido mais persistente e sistematizada. Talvez por isso valha a pena debruçarmos-nos sobre ela.

Apresentada como a forma de reduzir o peso do Estado na economia, a privatização das EPs teria outros objetivos não menos importantes como sejam o aumento da eficiência económica do sistema, a diminuição dos subsídios do Estado às empresas e a redução do défice orçamental, o desenvolvimento do chamado "capitalismo popular", a promoção da participação dos assalariados no capital das empresas e a redução do poder sindical nas mesmas.

Se se entende por peso do Estado na economia a titularidade do capital das empresas, é indiscutível que, desde 1979, este tem diminuído à custa da venda por acções do capital, no todo ou em parte, dessas empresas. Até Outubro de 1987, e com a excepção da privatização da Britoil, as operações de venda de acções pelo

CONTINUA NA PÁGINA SEQUINTE

BARRICADA INTERNACIONAL

proporciona información sobre acontecimientos internos de Nicaragua y sobre las acciones de la solidaridad alrededor del mundo. Ayuda de esta forma al movimiento de solidaridad al establecer vínculos, al reportar lo que éste hace. Necesitamos fortalecer estos lazos entre Barricada Internacional y la solidaridad. Suscribase. Ayúdenos a encontrar subscriptores.

24 números / ano
assinatura anual 3500\$00
assinatura apoio 5500\$00

enviar pedidos a GSAL
Rua Pinheiro Chagas, 77-2.º Esq.
1000 LISBOA

u m a a c ç ã o
n a b o l s a
d a e s q u e r d a



As estratégias do dinheiro levam o mundo à falência.

É uma boa razão para fazer agora um pequeno investimento num grande projecto: este "Combate", que pretende descortinar segredos, discutir a sociedade e a vida, fundar e fundamentar uma crítica de esquerda. Um Combate que vale a pena...



Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Tel. _____
Desejo assinar o "Combate", a partir do n.º _____, por:
 12 números 1000\$00 6 números 500\$00
Enviar cheque ou vale postal para: José Falcão, Rua da Palma, 268, 1100 Lisboa

PCP

À PROCURA DA HISTÓRIA

De repente, e ainda por cima de Inverno, vem a tempestade súbita: o PCP tem textos críticos, até são publicados por aquela Imprensa que se lê sem nela se acreditar — e até são verdade, e não uma invenção da antena da CIA em Lisboa.

Magnífico destino, o deste partido: toda a Imprensa o diz ultrapassado, o arquiva no dossier do paleolítico e, súbito, desperta tanto interesse: o PCP moderniza-se, europeiza-se, porque tem contestários. Perde-se assim o principal: porque vale mesmo a pena conhecer este debate e as questões que levanta — e são todas, as relações com URSS e a estruturação interna, a perestroika e a estratégia em Portugal catorze anos depois da revolução de Abril. E nessas questões, se proventura surgir espaço para a discussão, que os militantes sindicais, os autarcas, os que se preocupam com o impasse das lutas, com a perda dos votos, com o seguidismo em relação à UGT nos sindicatos e em relação ao PRD ontem e ao PS hoje, poderão procurar formar a sua opinião.

Significativo será que se recoloca o partido na sua dimensão histórica. Não poderia deixar de ser assim. Só que isso exige a verdade, os documentos, os factos — e Cunhal, na recente entrevista a Margarida Marante, contribuiu para ocul-

tar. Direito de tendência no partido bolchevique: de modo algum, garantiu — só quando havia mencheviques e bolcheviques. Estaline? Não se sabia dos seus crimes, só que era pessoa modesta.

Tão modesta que — com a ajuda de Jorge Amado — se fazia chamar de "Pai dos Povos" e se descrevia sem sono, a velar pela humanidade do alto Kremlin. Não se sabia: mas todas as delegações estrangeiras presentes no XX.º Congresso do PC soviético receberam o relatório Krutchev, ainda hoje não publicado na URSS, que inventariava todos os crimes — do Comité Central de Lenine só Estaline sobreviveu, sendo os restantes assassinados (com a excepção de Sverdlov, que morreu de causas naturais). Direito de tendência: não só existia como era considerado uma questão central para a sobrevivência da revolução — quando o direito de fracção é limitado no 10.º Congresso, em 1920 e no calor da guerra civil. Lenine impede a restrição do direito de tendência. A plataforma da Oposição Operária, de Kollontai, foi impressa pelo próprio Partido a 250000 exemplares e distribuídos aos seus militantes. Os debates fundamentais na direcção bolchevique eram públicos (questão sindical, paz de Brest-Litovsk). Poderia alguma vez acontecer o mesmo no PCP? Cunhal já deu a resposta.

EUROBUROCRACIA

HISTÓRIAS DA NÃO-CEE

"Vou para uma reunião" — a frase faz sentido. "Vou para uma não-reunião" — esta não faz. "Passa-me daí esse relatório" — a frase faz sentido. "Passa-me daí esse não-relatório". Esta não faz. Isto é assim em qualquer parte do mundo, com uma excepção: os mais de vinte mil funcionários da burocracia da CEE.

Para eles, todas aquelas frases fazem sentido. Como um diálogo do tipo: "Viste a ordem de trabalhos da reunião de amanhã?" "Não, amanhã tenho uma não-reunião, onde se vão tomar graves não-decisões." "Então, já que vais lá, depois mostra a não-acta, pois esses não-papéis costumam ser inte-

ressantes."

Pensar-se-á que estamos a brincar, mas verdade é que estamos a falar a sério, que é como quem diz a "não-brincar".

Esta linguagem, que corresponde a um mecanismo "informal" de funcionamento e tomada de decisão officiosamente aceite no seio da euroburocracia, é correntemente usada, pois são inúmeros os casos e assuntos conduzidos à margem das "regras oficiais" estipuladas nos Tratados comunitários. E esses casos e assuntos não podem ser objecto de reuniões, actas, papéis, relatórios, etc., oficialmente reconhecidos, assinados, com responsáveis, números de classifi-

cação, etc., etc.

Ou seja, metade do tempo ocupado pelos euroburocratas é, em definitivo, não-tempo, o que quer dizer que é como se não existissem (embra muitas não-decisões), tudo se passa como se afinal só ouvesse, oficialmente, 10 mil euroburocratas, o que nem é tanto como isso.

E caso para perguntar: a integração europeia de Portugal terá sido uma não-integração, ou uma integração na não-CEE? Que consequências, ou não-consequências, isso terá, ou não-terá? É um lado da questão ainda por explorar?

j. m. p.

THATCHER

REGRESSO ÀS ORIGENS

Notícia o "Expresso" que a Sr.ª Thatcher encara seriamente a hipótese de entregar a entidades privadas a gestão dos parques e reservas naturais do seu país. "Thatcher quer privatizar a Natureza", intitula-se a notícia.

Embora, segundo se refere, haja suspeitas de que se trata, talvez, de uma jogada política para compensar agricultores

subsidiando-os como gestores e fictícias reservas naturais, é bem possível que Thatcher esteja apenas a querer ir ao extremo purismo das origens das concepções liberais.

Não pintaram os seus compatriotas Hobbes e Locke, como fundamento dos chamados "direitos naturais", o quadro de um "Estado de Natureza" em que todos gozavam das mais

"amplas liberdades", em que ainda não havia Estado e, portanto, tudo estava, se assim se pode dizer, "privatizado"? Daí até imaginar que, no limite, cada um possuía o seu próprio "parque natural" vai um passo. A vertigem liberal de Thatcher fez o resto — e mãos à obra.

j. m. p.

COM PINTO RIBEIRO / JORGE FAGUNDES / VITOR WENGOROVIVUS

COLÓQUIO O DIREITO EM CAUSA

8 de fevereiro / 2.ª feira / 21.30 horas

CAIXA ECONÓMICA OPERÁRIA

rua voz do operário, 64-2.º / lisboa

EDUCAÇÃO EM RUÍNAS

DISCUTIR TELHADOS SEM OLHAR A MUROS

Ha um País — que aderiu à CEE e que até 1992 pretende tornar-se europeu e governar-se com subsídios e dívidas.

Há um Governo PSD — obcecado com eficácia e futuro e que prometeu em Julho a Mudança.

Há um Ministério da Educação — a esgotar-se desde 1976 no “aprofundamento” das medidas Cardia e que é um terreno privilegiado de marketing político.

Há um ministro CDS — formado nos gabinetes marceísta e que tem muitos filhos.

Há uma Comissão de Reforma do Sistema Educativo, presidida por um técnico do PS e que produziu muitos textos.

Há um grupo de Trabalho mais importante do que os outros: propõe novidades curriculares e o seu ideólogo já foi Ministro e é agora Conselheiro de Estado.

Há duas Federações de Sindicatos de Professores: uma (afecta à CGTP) promove seminários com o Conselheiro de Estado; a outra (da UGT) é liderada por um elemento da Comissão da Reforma.

Depois, infelizmente, também há uns milhares de escolas, de professores, de alunos, e ainda os tão disputados e não contabilizados pais.

Pressionado por uma urgência súbita de aumentar a escolaridade obrigatória, diminuir o insucesso escolar e adaptar a escola às necessidades do ano 2000, e com um calendário de 1988 na mão, o Ministro declarou o Debate Nacional Obrigatório, num dia de Fevereiro a que chamou “D”.

Matéria do “amplo debate”: dois livros de propostas várias, vendidas, uns dias antes, a 1000\$00, aos interessados. As “opiniões” seriam apuradas através de uns inquéritos que proibem qualquer “anexo” e que, preenchidos individualmente ou em grupo, seriam entregues ao milagroso computador.

A FENPROF pôs algumas reservas, pediu dilatação de prazos, regozijou-se com “aberturas” e “aspectos positivos”. A Federação da UGT queixou-se da falta de “orientação” do debate.

E o Pai-Ministro deslocou-se, de manhãzinha, devidamente acompanhado pelo seu staff e os sempre solícitos órgãos de informação, à Escola

de Mirafleres. A meio da manhã, o Ministro-Ministro, desembarcou numa escola de “grandes tradições” — o Camões — onde estava a decorrer uma RGP.

Gentilmente recebido com gladiolos pela direcção da escola, o Ministro agradeceu o bom acolhimento de que era alvo, ou seja o embarque de todos os professores deste País na sua Operação.

Regressariam minutos depois, alertados para o insólito e o imprevisito: professores ousavam interpelar o Ministro. E houve quem declarasse que não estava interessado em ajudar as promessas do 19 de Julho. E quem lembrasse o que se fez nas escolas depois do 25 de Abril. E quem convidasse o Sr. Ministro a visitar o estado das instalações da escola de “grandes tradições” e as obras que há anos se arrastam.

Que informação tivemos desta passagem do Poder pelas realidades e do que se passou nas outras escolas todas para as quais os órgãos de informação não foram “requisitados”? Quantas respostas aos “inquéritos” terão resultado do “debate”? Quantas moções terão denunciado a mistificação desta manobra de pura propaganda? Quem se preocupou em averiguar?

O *Expresso* considerou o Dia D um “éxito”, portanto, foi. A FENPROF declarou que “se não fosse a sua intervenção o Dia D não teria tido qualquer significado”. Portanto, teve.

Assim terão pensado os seus promotores que, abdicando da grandiosidade inicial da ofensiva (que a efectivar-se corresponderia a uma autêntica Greve Geral decretada pelo Poder, com as famílias de todas as crianças e jovens deste país a acorrerem às escolas com eventual Requisição Civil para debate), passaram a encarar o Dia D como uma “sensibilização” (R. Carneiro), um “*bom momento*” (Almeida e Costa), em “*ponto de partida*” (Fraústo).

O Dia D cumpriu de facto boa parte das suas funções: fez esquecer em que país vivemos, que ensino temos e que qualquer “reforma” não pode fazer tábua rasa do que foi transformado nas escolas depois do 25 de Abril. E a fórmula Dia D ajudou a encurralar a discussão na mais que justa crítica metodológica (deficiência da divul-

gação dos documentos, prazos, etc...) e na denúncia das óbvias “incoerências” e “inviabilidades” das propostas, essas flores na lapela de um governo que, incapaz de fazer a “concertação social” joga na “concertação escolar”. Fomentou, por outro lado, a tendência corporativa dos professores, sempre tentados a defender os “direitos” das suas disciplinas (veja-se a súbita energia dos professores de filosofia), habituados a falar para nada e disponíveis para entrarem num “debate” sem saberem o que estão a debater (a não ser o seu mal-estar) e para quê.

O Dia D terá servido sobretudo para desviar, por tempo indeterminado, a atenção de todos das questões que continuam a ser as fundamentais neste País: o acesso ao ensino (do pré-primário ao superior), a formação dos professores (e sua função), as instalações (rede escolar, turnos, equipamentos, etc...), os conteúdos e práticas escolares (e não os curriculos), a gestão das escolas.

Galgando “pragmaticamente” por cima das realidades concretas, o Dia D foi a democrática apresentação de uma fachada de reforma de um sistema que se autoconservará enquanto puder e como puder, para além dos números que a CEE nos obrigar a modificar para ficarmos tão europeus como os melhores.

DESCOBRIMENTOS

OIRO SOBRE AZUL

Uum capitão vestido de Bartolomeu Dias, uma caravela que teve de se reabastecer de combustível (!) a meio caminho, uma praia de chegada em que os pretos eram brancos pintados (e se o não fossem, nem lá podiam pôr o pé), um tenor também vestido de Bartolomeu Dias a cantar *Avé Maria* de Gounod — o Bartolomeu propriamente dito, por pouco que tenha sido, e ninguém sabe, o seu sentido de humor, não terá podido evitar umas boas gargalhadas além-túmulo. Quem terá dito que a História, por vezes, se repete em versão de farsa? Parece, aliás, que estamos a especializar-nos nisso: com tudo o que por aí vai de perfeições mecânicas e comandos electrónicos, também os “repetentes” do raid aéreo Lisboa-Macau se viram em palpos de aranha para lá chegar, e já não conseguiram voltar.

Esperemos que, ao virar do século, a culminar estas comemorações que prometem ser divertidas, não se lembrem de “redescobrir” o Brasil, e querer índios à espera, que os “nossos irmãos brasileiros” terão tema para nos gozar durante uma dúzia de carnavais.

Mas, voltando ao Bartolomeu, o homem não merecia isto: foi importante o que fez, no seu tempo, e não podia adivinhar o inferno que, muito

mais tarde, outros viriam a fazer daquelas terras paradisíacas a que aportou. Não merecia que o pusessem a ridículo num barco disfarçado de caravela, nem que um dos mais sanguinários racistas fizesse dele o pai espiritual do país do *apartheid* e tirasse louros políticos de toda esta encenação, em bom entendimento com o governo de Lisboa. Desta lamentável palhaçada diz o presidente da “comissão nacional das comemorações dos descobrimentos”, sem se rir, ser “a homenagem que há muito lhe é devida!”

Enfim, isto deu pretexto a um coro de vozes de todos os quadrantes políticos, todas muito cheias de “orgulho nacional”, de “olhar o passado virados par o futuro”, de “perseguir a obra dos intrépidos das caravelas” (esta é do PCP), dos clássicos “novos mundos ao mundo”, etc., etc. E já que se trata agora de sermos modernos e empreendedores, à semelhança dos navegadores de outrora, porque não adquirir uma dessas moedas de “ouro português”, postas no mercado por 70 contos pela Casa da Moeda? Como diz o anúncio, isso então será “ouro sobre azul”. Que, para descobrir, já não temos nada. A não ser, diariamente, a indomável coragem com que pedimos “especiarias” à CEE.

j. m. p.

(DES)CONSELHOS

O REGRESSO DE CARLUCCI

Fino conhecedor dos meandros políticos nacionais, assim era descrito o embaixador Carlucci que, depois de tirocínio em Lisboa durante agitados tempos revolucionários, subiu agora a importantes responsabilidades em Washington. Conselheiro da Defesa, isto é, ministro encarregado de policiar o mundo, Carlucci veio de passagem a Portugal, pouco antes de uma viagem de Cavaco aos States. Tema de conversa: a base das Lajes e o calote que os americanos andam a pregar.

Bom conhecedor das políticas lisboetas, será: mas nem tanto era preciso para compreender com quem se está a lidar. Carlucci não será íntimo destes

ministros como o é de Belém — em 1975 Cavaco ainda não se metia em política, não fosse o diabo tecê-las. Mas terá conhecido muitos patrões como o Eurico de Melo, daqueles que faziam barragens em Rio Maior, que tinham os trabalhadores todos sob o seu controlo, padrinhos e tonitroantes. Não havia que enganar o brilho do carro, o porte dos guarda-costas e a pronúncia americana bastam para derreter, como manteiga, estes nacionalismos de pouco vento. Dizia o governo que exigiria renegociação; tranquilizou-o logo o ministro — não terão por lá umas fragatas de sucata, que tragam para o nosso país um pouco da glória das batalhas do Pacífico

durante a 2.ª Guerra Mundial? Fazia-se assim o negócio: magnânimo, o governo de Cavaco perdoava a dívida, e as fragatas entravam pela porta do cavalo.

A obsessão das fragatas parece caracterizar o nosso governo — com altos motivos patrióticos, atendendo ao perigo dos corsários espanhóis disfarçados de barcos de pesca, assim se ensina hoje em dia nos quartéis por esse Portugal fora. E tanto nacionalismo merece todos os sacrifícios: o governo negociará, assim, sempre ao contrário, e para ficar de bem com os americanos, aceitará tudo o que estes pedirem.

Para que é que se deram ao trabalho de mandar o Carlucci até cá?

SAÚDE

A MINISTRA E O YOGURT

Corre entre o pessoal da Saúde a seguinte anedota: quais as diferenças entre o yogurt e a ministra da Saúde? Resposta: ambos são azedos, mas o yogurt faz bem à Saúde e a Ministra faz mal.

A anedota resume a situação: temos uma Ministra azeda, que faz mal à Saúde... A verdade é que a questão se tem pessoalizado demais e a isso não é alheio o facto do cargo ser desempenhado por uma mulher, que ainda por cima é bonita e apresentando-se bem.

E pelas cabeças do pessoal de saúde de pequeno, médio e grande poder têm passado fantasmagorias de vingança recheadas de perversos e sádicos conteúdos... Um verdadeiro filme de terror! Pode-se dizer que a vaga anti-ministerial tem unido numa só frente interclassista e interideológica toda a gente, desde o maqueiro até ao Director de Serviço. O que, como resultado de um governo que se diz "pragmático" e sem base de classe, não é mau!... O tema "ministra" tornou-se um ponto de unidade e de concórdia, estabeleceu pontes, possibilitou entendimentos.

Um falso antagonismo

Mas o antagonismo pessoal de Saúde-Ministra e mais propriamente Médico-Ministra é uma questão secundária e foi um artifício habilmente criado pelo Ministério (com poderosos meios de informação) para desviar a atenção do real problema — o corte de orçamento na Saúde com todas as suas consequências nefastas. Mas a verdade é que caíram todos na armadilha: os médicos e a população. E houve mesmo pessoal de esquerda que afiou o dente e pensou (e disse): — Ora aqui veio esta para pôr na ordem os privilegiados! E, de repente, Leonor Beleza, "mãe-mã" para os médicos, "mãe-recta" para os - que - não - gostam - mas - precisam - que - remédio - dos - médicos, transforma-se em justiceira...

A maior parte dos médicos não são privilegiados, mas sim muito mal tratados em relação a outras licenciaturas; todos os médicos hospitalares, que estão neste momento a fazer serviço de urgência, vivem momentos de grande auto-violência. E os milhares de médicos desempregados não têm qualquer possibilidade de sobrevivência na profissão e poucas fora dela.

Mas passemos sobre isso...

O que de facto interessa é que há médicos desempregados, enquanto doentes fazem bicha nos postos de Saúde desde as 5 horas da manhã; enquanto a maior parte dos hospitais de província carecem de especialidades fundamentais; enquanto o nordeste e as Beiras interiores adormecem na paz da paisagem...

O que interessa é que as pessoas vão ter de pagar parte dos remédios; e as embalagens para a hipertensão, a diabetes, têm comprimidos que chegam para ficar um mês sem tomar até se conseguir vaga na consulta da Caixa, se o doente não for expedito e não apanhar o médico à esquina, para lhe pedir "passe-me aqui..." E um dia ele vai passar a despropósito e depois tem um inquérito.

O que interessa é que as pessoas não podem fazer fisioterapia porque os hospitais têm os aparelhos, mas não contratam outros turnos de pessoal técnico para lhes dar rentabilidade.

O que interessa é que...

A ministra tem de ser azeda. Arrogante, prepotente, arbitrária, "mandona". Este Governo, para impor a sua política económica não tem outra solução senão ser azedo e mandão.

E nós? Será que ainda temos medo da Pide? E a população — será que não percebe de onde lhe vem o veneno?

Quem tem medo de Leonor Beleza?

Isabel do Carmo

FAVAS CONTADAS

OUTRA PRESIDÊNCIA EM BELÉM

É engraçado ver como os governantes portugueses levam tão a sério o "nosso papel na CEE", como se babam de vaidade de cada vez que recebem de Bruxelas um atestado de bom comportamento: ele é a seriedade com que estudamos os "dossiers", ele é a excelência dos projectos que apresentamos à "sopa dos fundos", ele é a descida da inflação, a taxa de crescimento, a competência dos funcionários portugueses em funções na Comunidade, a diligência dos deputados portugueses em Estrasburgo, eu sei lá que mais. Parecemos aquele aluno fracote chegado à turma em Novembro, que se aplica muito para que dêem por ele e corre a apanhar o giz à professora, à espera de uma festinha na cabeça, que o fará ganhar o dia.

Mas o exame, o grande exame comunitário, está para vir: durante seis meses, Portugal "presidirá" em 1992 ao

Conselho de Ministros da CEE, o órgão máximo da dita. Cavaco já se imaginou, recém-confirmada a maioria PSD uns meses antes, a ser o "chefe" da CEE, a ter tudo muito organizado, muito disciplinado, muito certinho, a arbitrar conflitos insanáveis, a sugerir compromissos (e vai ter muito que aprender até lá...), a enviar mensagens, a mandar os seus tecnocratas de confiança às capitais europeias, com tudo em ordem, agendas precisas, as alíneas todas no sítio, enfim, a deixar de boca aberta as grandes cabeças da política comunitária. Houve alguém, espertalhão, que percebeu isto tudo a tempo e horas e, querendo instalar em Belém um imenso, e caríssimo, Centro Cultural, não esteve com meias medidas: basta vencer o Cavaco de que não existem em Lisboa "instalações com um mínimo de dignidade para cumprir esse papel" (palavras do "Expres-

so"), o que não pareceria tarefa fácil, a menos que já se saiba que o Abecassis não vai deixar de pé até 1992 nenhum dos muitos palacetes que, apesar de tudo, ainda abundam em Lisboa (o próprio Mário Soares chegou a pensar instalar o governo no Palácio Vale Flôr, e para o Tribunal Constitucional arranjou-se outro sem dificuldade). Mas nada disso seria compatível com a modernidade que os próximos "anos de ouro" cavaquistas vão trazer ao país. Cavaco convenceu-se: gaste-se o que for preciso para que Portugal seja o primeiro país-membro a mandar contruir de raiz a sede da Presidência europeia, nem que tenha de pôr à volta um "Centro Cultural" para disfarçar a palermice. Seis anos depois, quando a cena se repetir, então já poderemos para um palacete. "A figura que iremos (irei) fazer!" de saloio.

j. m. p.

SOLIDARIEDADE COM

NATÉRCIA CAMPOS

Este texto — a que se associa a Redacção do Combate — foi divulgado no dia seguinte à leitura da sentença em Monsanto.

"Natércia Campos foi condenada a 13 anos de prisão, na conclusão do 2.º processo de

Monsanto. Somos seus amigos — e, dir-se-á, somos de opinião parcial.

"Mas a amizade e solidariedade são valores que fazem parte da cidadania e essa é mais uma razão para não nos calarmos.

"A Natércia foi ilibada de todas as acusações concretas contra ela apresentadas — que a sua casa era sede de reuniões clandestinas por si preparadas, ter recebido dinheiro das FP, etc. — excepto uma: a de ter pertencido à direcção de um partido político legal. Mas esta razão sobrou e bastou ao tribunal para a condenar como 'dirigente das FP': a mera opinião política do juiz vale 13 anos de liberdade.

"É inevitável concluirmos que estamos perante um processo de perseguição política contra uma pessoa inconformista e incómoda para o poder. E esse é um motivo suficiente para que quem não a conhece se preocupe. Porque, neste processo, é a nossa liberdade, de todos, que é agrihoadada."

João Brites, Eduarda Dionísio, Paula Só, Francisco Louçã, Jorge Rato, Conceição Cabrita, José Maria, Lourdes Caldas, Adelino Gomes, António Marques, Jorge Abegão, Carlos Guerreiro, Henrique Guerreiro, Homero Cardoso, Luis Vicente, José Mário Branco, Jorge Luz, Hélia Correia, Rui Ferreira e Sousa, Joaquim Furtado, Fausto, Lia Gama, João Martins Pereira, João Mota, Carlos Paulo, Fernando Dacosta, Catalina Pestana.

CORREIA DA SILVA

CANIBAIS GABINETE

— Camarada Casto Costa: e se entretanto o Dubcek fosse reabilitado? Se ele viesse ao Congresso do PCP em representação do Partido Tcheco? Apertavas-lhe a mão?

— Isso é necrofilia.

— E o voto secreto, Camarada Casto Costa? — Não precisamos das liberdades burguesas. Este é um Partido em que se faz tudo às claras, frontalmente.

— Mas Camarada Casto Costa: por um lado tu dizes que o Partido está a ser atacado por dentro. Por outro, ganha impulso unitário a agitação social. Como explicas?

— Não explico. É preciso que tudo fique como dantes, a Inter em Abrantes.

— E a "perestroika". Camarada Casto Cos-

ta?

— Ainda não perdi a esperança revolucionária que as forças do Pacto de Varsóvia avancem sobre Moscovo.

— Camarada Casto Costa, escuta esta: "Os camaradas poderão defender o seu ponto de vista sem sair do CC. Se adoptar-mos a posição de que é preciso preparar-nos para a guerra revolucionária e consequentes manobras, até por isso devem ficar no CC, devem poder declarar que divergências de pontos de vista surgiram nas bases e é um direito absoluto poder afirmar isso mesmo."

— Quem escreveu isso? O Veiga ou o Vital? — Ó Camarada, não conheces as palavras de quem tão bem imitas a pera? Foi Lenine, em 8 de Março de 1918, na sessão da tarde do Congresso do P.C.(b.)R.

6 8

rima -co -em bro

INS PEREIRA
ORGE SILVA

Maio, um memorando do governo pede à CEE a abertura de negociações para um acordo comercial; em Agosto, é restringido o condicionamento industrial. No interior do regime, é a altura de começar o grande confronto entre "africanos" e "europeus", ou seja, entre "ultras" e "liberais".

Na Assembleia, a "ala liberal" dá alguma vivacidade aos debates, faz propostas, mete requerimentos, pede inquéritos, e apresenta projectos de revisão constitucional e de Lei de Imprensa. É criada a Sedes, por gente desta área política, mas, embora apadrinhada por João Salgueiro, então no Governo, espera oito meses pela aprovação dos Estatutos. Entretanto, Veiga Simão, outro liberal que apostou no marcelismo, entra para a Educação e começa a falar em grandes reformas do ensino.

Mas, ao mesmo tempo, Kaulza assume o comando militar em Moçambique (Março). Zenha é preso em Fevereiro, o Padre Felicidade em Maio, o Padre Mário em Julho, Soares é obrigado a exilar-se em Agosto, é organizado o assalto a Conakry em Novembro. Em Julho, o Papa recebe os líderes dos três principais movimentos de libertação das colónias portuguesas, o que cria alguma confusão. Em Outubro, a ARA (braço armado do PCP) imobiliza o Cunene, prestes a partir com tropas, no Cais de Alcântara. E é este o ano em que começa o interminável problema dos "pagamentos inter-territoriais", que irá envenenar as relações dos colonos, sobretudo os de Angola, com a metrópole. A frente ultracolonialista entra em crispação. E não eram apenas colonos, generais,

velhos políticos ou latifundiários: eram muitos os interesses dos principais grupos económicos em África, embora fossem abrindo as portas a jovens tecnocratas mais arejados e se aliassem crescentemente com grupos estrangeiros em novos empreendimentos de "estilo europeu". Este é ainda o ano em que a Previdência começa a ser alargada aos trabalhadores da agricultura e das pescas: é que o próprio regime mudara de designação, de "Estado Novo" para "Estado Social"...

Em 1971, a "primavera" empalidece ainda mais. Na área sindical, é o fim da abertura: é preso o dirigente Daniel Cabrita, vários sindicatos são encerrados, várias direcções são suspensas. Na área política, o ano abre com o projecto de Reforma do Ensino, mas o processo de Revisão Constitucional vai indispor toda a gente contra Marcelo: os liberais abandonam o debate, como protesto pelo afastamento do seu projecto, enquanto a Legião Portuguesa, reunida em 28 de Maio, protesta, pelo seu lado, contra o que considera cedências a subversão em matéria "ultramarina". Aprovada a Revisão e a Lei de Imprensa (também aqui o projecto liberal foi excluído), Sá Carneiro virá a dizer tempos depois que o "regime não mudou", o que era, de resto, uma evidência.

Mas, em economia, as coisas continuavam a mexer: a assinatura do contrato com a Gulf Oil (pela exploração do petróleo de Cabinda) dá alento aos "africanos", enquanto os "europeus" marcam pontos com o lançamento do megalómano projecto de Sines (de que ainda hoje padecemos), com a inauguração da doca gigante da Lisnave, com a autorização das refinarias de

Matosinhos e de Sines (esta quebrando o monopólio da Sacor). Champalimaud, entretanto envolvido no famoso caso da herança Sommer, rodeia-se do que há de melhor na advocacia oposicionista (MJ Palma Carlos, Zenha, JM Galvão Teles), mas irá tornar-se em breve um feroz inimigo do marcelismo: não mete o pé em Sines (o que a rival CUF consegue), tiram-lhe o monopólio dos cimentos (Torres Campos passará a povoar os seus pesadelos), um famoso decreto retroactivo impedi-lo-á de tomar o controlo do BP do Atlântico.

Entretanto, já em Dezembro, surgem dois novos órgãos de imprensa, de extrema-direita: a Política, de Jaime Nogueira Pinto (hoje tão procurado como comentador pela RTP e director do lastimável "Século"), e, em Coimbra, a Cidadela, de Lucas Pires (hoje, tão europeu!) e José Miguel Júdice (hoje, figura grada do PSD). No pólo oposto, registre-se que, desde 1969, vinham proliferando órgãos de múltiplos comités e partidos marxistas-leninistas, e também não seria desinteressante saber por onde andam hoje os seus redactores...

Finalmente, a derrapagem definitiva da "primavera", já em 72, nos meses que antecederam a reeleição de Tomás: esta marca, se assim se pode dizer, a "rendição" de Marcelo (rendição a si próprio, no fim de contas), que abandonará quaisquer veleidades liberalizantes e passará a alinhar com os mais intransigentes defensores da "integridade da pátria". O que não o impedirá de ser visto ainda hoje pelos saudosistas como o coeiro da Pátria de aquém e de além-mar.

Na área económica, antes de partir (sairá em Agosto), Rogério Martins ainda fará sair a Lei do Fomento Industrial, enquanto os protestos cada vez mais fortes dos ultras não chegarão para evitar a assinatura do acordo com a CEE, três dias antes da "eleição" de Tomás (um jornal de extrema-direita chegara a exigir que fosse considerada subversiva a simples "propaganda à integração na CEE"). E vai continuando, sempre, a guerra colonial (e as deserções, também). A Bolsa entra em euforia e faz lembrar, por antecipação, o ano de 1987. O mercado das obras de arte e das antiguidades também (como hoje): o dinheiro não falta, entre os que o têm, claro, e ainda não chegou a hora de o pôr a salvo no estrangeiro. Mas também as greves são mais do que nunca. E já me esqueci: foi a vez da Censura mudar de nome, para "Exame Prévio", mas os jornais foram proibidos de mencionar que eram diariamente "examinados".

Não vos canso mais: mesmo com muito boa vontade, agora já não nos é possível falar da primavera, por mais aspas que se lhe ponha. 1973 traz a Capela do Rato e subsequente repressão: Wiriyamu em toda a imprensa internacional; a condenação da política colonial por toda a parte, o decreto 353/73, semente do MFA; o assassinato de Amílcar Cabral; os gorilas em Letras e Direito (acabaram por sobrar, por junto, duas Associações de Estudantes em todo o país); a saída dos liberais da Assembleia, etc. O "Expresso" arranca em Janeiro, Balsemão defende uma "terceira força". Marcelo responde que "não há lugar em Portugal para uma 3.ª força". Afinal, o programa dos "liberais" só hoje, quinze anos depois, vai de vento em popa. Percebe-se bem, agora, que esses rapazes simpáticos eram a mesma direita... de um regime "democrático ocidental".

Nota final: Por muita boa que seja a minha memória, e por muito incompleta que esteja, ainda assim, a narração dos factos, este texto teria sido impossível sem o recurso à valiosa "Cronologia dos Factos Económicos e Sociais — Portugal 1926-1985", de João Morais e Luis Violante.



O actual processo de liberalização-modernização detectável nos vários sectores focados provém da exclusiva iniciativa do poder político e é por ele inteiramente conduzido e controlado. O jogo da "participação" está viciado desde a base, na medida em que hoje se manda participar, tal como ontem se mandava estar calado.

(...) A grande burguesia industrial e financeira compreende que, a longo prazo, a opção europeia é a que mais lhe convém. Mesmo a parte dela que detém fortes interesses nos territórios africanos tem diante de si o exemplo de tantos outros grupos económico-financeiros de países que efectuaram a descolonização, a mostrar-lhe que nem sempre ela lhes foi desastrosa. Não é outra, aliás, a atitude do capitalismo internacional, que, pouco a pouco, se tem vindo a interessar pelo investimento naqueles territórios. A rigidez ideológica, bem como as ortodoxias da política económica e financeira, tornam-se incómodas e perigosas. Nos últimos anos de governo de Salazar, já se fazem ouvir com insistência as vozes da "renovação". Não está esquecido o discurso do Dr. Mello e Castro na Assembleia Nacional, em que o inevitável elogio à obra do chefe do governo vinha temperado por uma consciência transparente e habilmente denunciada de que essa obra estava terminada e de que os novos tempos pediam novos processos e novos homens. Também nas assembleias gerais dos grandes bancos e empresas industriais se tornou frequente a linguagem desses novos tempos e a inquietação crescente diante de um imobilismo incompatível com os seus interesses.

(...) A resposta em termos institucionais aos interesses dos que hoje controlam o poder económico — eis o significado real da "renovação" a que assistimos com o governo de Marcelo Caetano. A grande burguesia portuguesa, que nunca terá sido liberal, também hoje já o não pode ser. Ela encaminha-se para as formas modernas de neo-capitalismo, em que ao Estado cabe uma intervenção que, curiosamente, nos países de tradição liberal tem uma aparência de autoritarismo, enquanto no nosso toma o aspecto de "liberalização".

João Martins Pereira, em *Pensar Portugal Hoje*, 1971

É da chamada "Primavera marcelista" que vos falo. Caetano tomou posse em 27 de Setembro de 1968, efeméride sempre ignorada nos balanços clássicos do ano famoso, como o é também o episódio da cadeira, que lhe deu origem.

Escrevo para os que já não se lembram (ou preferem esquecer?) e para os que não podem lembrar-se, muitos dos quais andam a governar-nos, e a repetir, sem o saber, algumas coisas que então diziam os que nos governavam... Por isso, citarei muitos factos e datas: é sobretudo a memória que me dirijo, mais do que à reflexão teórica. A esta distância, o simples relacionamento dos factos, que tentarei sugerir, será elucidativo sobre o que estava em jogo. As primaveras políticas, como as que todos os anos nos acrescentam mais um, são sempre períodos transitórios, balizados no tempo. Muitas vezes acabam mal: as forças "invernósas" voltam à superfície, e tudo recomeça, em pior, por longos tempos. Noutros casos, e foi o nosso, o fim da primavera é apenas temporário, pois os que as desencadearam eram meros aprendizes de feiticeiro: quando recuam, assustados perante as forças que puseram em movimento, é tarde de

mais. Julgam poder recomeçar tudo, mas é já o seu próprio fim que estão a preparar. Vejamos como foi.

De Setembro de 68 às eleições de 69

Anunciada por Marcelo a "evolução na continuidade", o perfil do corporativista e homem forte do regime, que sempre foi, aconselhava a que se interpretasse a expressão como "necessidade de mudar alguma coisa, para que tudo (o essencial) fique na mesma". Onze ministros de Salazar mantidos no seu governo, não era de bom augúrio. Aliás a dúvida sobre se a "liberalização" era só de fachada ou era mesmo a "sério", debate inútil, entreteve boa parte da oposição nos anos que se seguiram.

Os sinais começaram a surgir: Soares é autorizado a regressar de S. Tomé, o SNI é extinto, passando a Secretaria de Estado da Informação e Turismo (mudança, essa, claramente "de fachada"); o "Diário de Notícias" publica declarações do Padre Felicidade, demitido de pároco de Belém pelo Patriarcado. E, na passagem do ano, numa vigília em S. Domingos, umas centenas de católicos afirmam-se contra a "política africana" e divulgam um documento. Em Janeiro de 69, Marcelo faz a sua primeira "conversa em família" na televisão.

O ano de 1969 será, na realidade, o único que, em rigor, se poderá designar de "primavera": entram no governo jovens tecnocratas de tendência europeia e liberalizante (João Salgueiro, Rogério Martins, entre outros), vários sindicatos conseguem eleger direcções oposicionistas (e os jornais noticiam), o Bispo do Porto regressa em Julho, os católicos progressistas começam a publicação de uns ousados "Cadernos Gedoc", a oposição democrática prepara-se para as eleições de Outubro em sucessivas reuniões (Palácio Fronteira, S. Pedro de Muel, Coimbra, Leiria) com poucos incidentes policiais, o regime consegue aliciar para as suas listas vários candidatos não filiados na União Nacional (a futura "ala liberal": Pinto Leite, Sá Carneiro, Balsemão, Miller Guerra, etc.), enfim, começam a chegar aos ecrãs e às livrarias filmes e livros antes proibidos. Poucos dias antes das eleições, Franco Nogueira, intransigente salazarista (esse, até hoje), sai do governo, outro sinal que não passou despercebido.

Mas 1969 foi, também, o ano da grande crise académica, desencadeada, em Abril, por uma ida a Coimbra do "venerando Chefe do Estado", em que o homem se sentiu "enxovalhado": suspensão da Direcção da Associação Académica, prisão do seu presidente, greve aos exames, encerramento da Associação, prisão de dirigentes, proibição de uma Assembleia Magna, estudantes compulsivamente incorporados na tropa, várias acções de repressão policial, etc. A não esquecer a frase, logo em Abril, de José Hermano Saraiva, ministro da Educação que já vinha de Salazar: "A ordem será inexoravelmente mantida e regressará à Universidade". Na realidade, a ordem não regressou, e só um ano mais tarde Veiga Simão virá a arquivar os processos disciplinares.

Quanto às eleições, várias foram as trapalhices habituais, estiveram obviamente longe de ser livres, mas a campanha oposicionista, sobretudo a do MDP/CDE (comunistas, futuros MDP, futuros MES, alguns futuros PS e uns quantos independentes) foi muito mais viva, às vezes eufórica e, pela primeira vez, tocou (moderadamente) a questão colonial. Os resultados deram a esta gente algumas breves alegrias, mais do que à CEUD (de Soares) — e talvez esperanças. Mas nada se seguiu. Entretanto, a

PIDE, que em Novembro foi rebaptizada de DGS, continuava a prender e a torturar. E, por altura das eleições, foi expulsa uma delegação da Internacional Socialista, que vinha observar o acto eleitoral.

A guerra colonial, essa continuava. Os negócios prosperavam. A inflação andou pelos 6%, muito na altura. Houve greves, ao longo do ano, em muitas empresas.

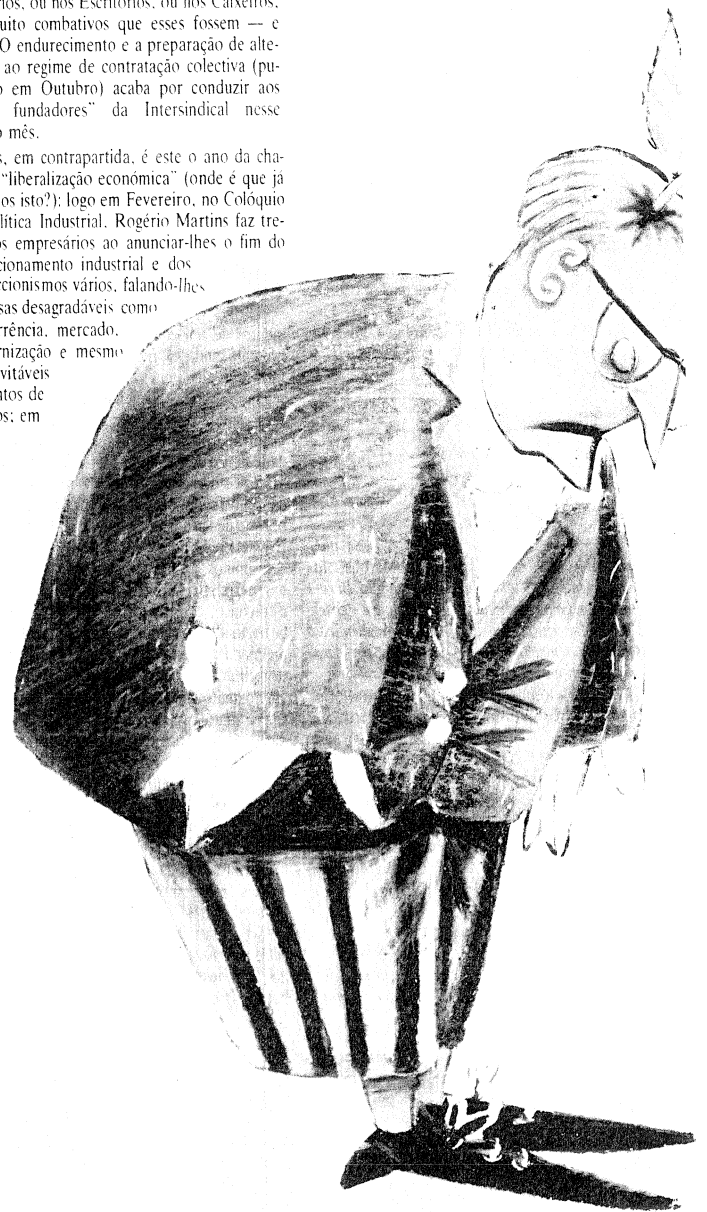
Das eleições de 69 à reeleição de Tomás

O ano de 1970 começa com outra mudança de nome: é a vez da União Nacional mudar para ANP. Vai ser um ano já bem mais sombrio, sobretudo na área sindical: é a história que nos contaram Ferreira Guedes e Teresa Rosa no número anterior deste jornal. Talvez porque, em Junho, tivesse sido eleita uma direcção oposicionista para o Sindicato dos Metalúrgicos, aliás suspensa poucos meses depois: isto, apesar de tudo, assustava mais do que as vitórias nos Bancários, ou nos Escritórios, ou nos Caixeiros, por muito combativos que esses fossem — e eram. O endurecimento e a preparação de alterações ao regime de contratação colectiva (publicado em Outubro) acaba por conduzir aos "actos fundadores" da Intersindical nesse mesmo mês.

Mas, em contrapartida, é este o ano da chamada "liberalização económica" (onde é que já ouvimos isto?): logo em Fevereiro, no Colóquio de Política Industrial, Rogério Martins faz tremor os empresários ao anunciar-lhes o fim do condicionamento industrial e dos protecctionismos vários, falando-lhes de coisas desagradáveis como concorrência, mercado, modernização e mesmo de inevitáveis aumentos de salários: em

1 9
a — p i
v e r a
meço
s e t e i

JOÃO MARTINS
GRAFISMO J



68



88

fluxo e refluxo das "ideias de maio"

DO AMOR LIVRE AO AMOR COM CONTROLE

Como se passou das ideias dominantes de liberdade (total), de amor (sem limites), de revolução (cultura, política, sexual), de uma ideologia da emancipação – em 1968 – às ideias dominantes de liberdade (para os negócios, para os empresários), de amor (com controle...), de revolução (tecnológica), a uma ideologia do pragmatismo – coisas de 1988?

Dirão os mais cínicos, ou pragmáticos, que as primeiras eram apenas generosas palavras de ordem de uma juventude que, sem o saber, entoava o canto de cisne dos filhos da abundância julgando descobrir radicais incompatibilidades entre **viver** e **consumir**. E que as segundas são afinal a bandeira dessa mesma geração com vinte anos mais, definitivamente convertida à descoberta das "aventuras do capital", das cadeiras do poder e dos prazeres solitários do face-a-face com o terminal do computador.

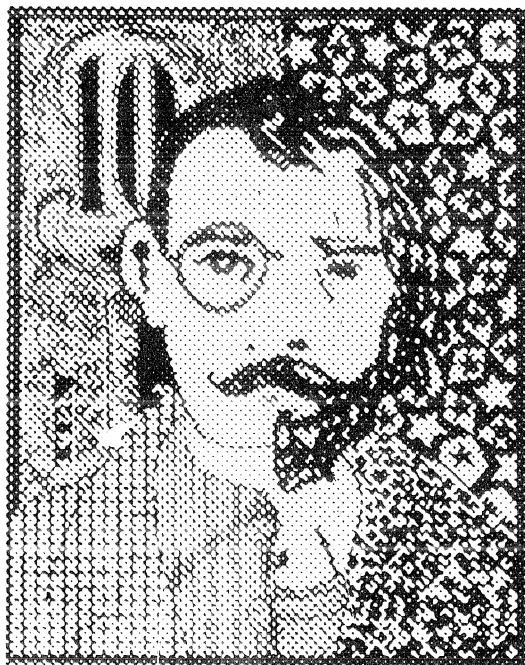
Mas, ainda que assim fosse, que essa mesma geração tivesse o insólito privilégio de ser portadora, a vinte anos de distância, de ideologias opostas, mas ambas "triumfantes", haveria razão para perguntar: como foi isso possível? O que se passou nestes vinte anos que propiciou tal revolta? Por outras palavras: porque era dominante em 1968 uma ideologia da esquerda radical, e o é hoje uma ideologia de direita?

Uma questão de domínios

Acho que não são ainda estas boas perguntas! Talvez seja de começar pelo princípio: seria **mesmo** dominante em 1968 essa ideologia da emancipação?

Os anos 60 são, nos países ocidentais, o ponto alto da grande prosperidade capitalista, vinda "para ficar" com a eufórica reconstrução do pós-guerra. Neles cada vez mais se evidenciam as contradições inerentes a esse processo, e disso o melhor exemplo, que outro poderia ser?, vemos da sociedade americana: a sociedade padrão das liberdades é a mesma que investe milhões para esmagar o povo vietnamita; a sociedade da "igualdade de oportunidades" e da "riqueza ao alcance de cada um" é a mesma que discrimina as suas próprias minorias e as confina a miseráveis **ghettos** urbanos; a sociedade cujo avanço tecnológico lhe permite pôr um homem na Lua é a mesma que explora os países fornecedores de matérias-primas ao ponto de os impedir de se desenvolverem sequer até aos limites da auto-subsistência; a sociedade que se revê na sábia dosagem de puritanismo e tolerância dos seus pais fundadores é a mesma que assiste, em poucos anos, à liquidação de um Presidente, de um candidato e de "figuras morais", como Luther King, e que, pouco antes do Watergate, começa

JOÃO MARTINS PEREIRA



a suspeitar de que os mecanismos do poder estão corrompidos e viciados ao mais alto nível. A juventude americana, primeiro, e logo depois a dos países "satélites", vai revoltar-se contra essa hipócrita ideologia dos "negócios", do dinheiro, do "progresso" imparável, do consumo de massa – contra essa imensa mistificação da ideologia dominante, que era *essa*, e não outra. Por isso mesmo se veio a chamar aos valores porque se bateu a juventude de então uma **contra-cultura**.

A importância de se chamar... petróleo

Mas a juventude rebelde era, como é sempre, uma minoria: Nixon ganha as eleições americanas nesse mesmo ano de 1968, e de Gaulle as francesas.

Entre 68 e 73, a força do império americano parece declinar: à desvalorização do dólar em 71, segue-se a rendição em Saigão, e logo começa o Watergate, que levará Nixon à demissão em 74. Na realidade, era o próprio sistema

capitalista que chegava ao final de um ciclo e sabe-se hoje que a crise já se desenhava. Mas, nestas coisas, há sempre uma data, como que a facilitar a tarefa dos historiadores futuros, como se um simples facto desencadeasse o que já estava em movimento. Outubro de 1973: em plena guerra israelo-egípcia, os países árabes decidem o embargo de petróleo aos Estados Unidos e, em poucas semanas, triplica o preço do petróleo bruto. O mesmo virá a suceder nos meses seguintes às principais matérias-primas. "Desde a 2.ª Guerra Mundial, nenhum acontecimento foi portador de maior potencial de mudança global. Mesmo que os árabes reabrissem as torneiras amanhã, o mundo não voltaria ser o mesmo", escreveu a **Time** nesses dias. Mas como mudou o mundo?

A esta distância, tudo se parece muito com uma dessas chicotadas psicológicas que abundam no nosso futebol mas, ao contrário destas, bem sucedida. Em lugar de se ir lentamente envolvendo numa crise desgastante, o mundo capitalista viu-se, de um dia para o outro, em **crise**: toda a sua economia, toda a sua tecnologia assentavam em energia e matérias-primas baratas. E, agora, eram os Estados Unidos, país

cujas competitividade industrial tinha vindo a declinar, o país em melhor posição: muito menos dependentes do que os seus concorrentes (Europa e Japão) em energia importada, com um mais avançado nível de investigação, o acontecimento foi, para os americanos, um maná. Mas a abertura dos novos mercados árabes e a "reciclagem dos petrodólares" vai dar fôlego, a tempo, aos países industriais para a "grande descapitalização": novas tecnologias são rapidamente desenvolvidas, menos consumidoras de energia e de matérias-primas tradicionais – e sobretudo menos utilizadoras de mão-de-obra. Não estou a dizer que tudo isto foi **programado** por qualquer cérebro maquiavélico ou por qualquer concílio de "senhores do mundo". Estou apenas a constatar como foi possível ao sistema simultaneamente "domesticar" os seus próprios trabalhadores – pelo massivo desemprego tecnológico e pela expansão de novos serviços não proletarizantes – e reduzir à impotência (pelas enormes dívidas externas) e à fome o tal mundo subdesenvolvido que se temera um dia vir a engrossar as fileiras da "revolução mundial".

GRAFISMO LUIS FÉLIX

As "ideias de Maio"

Não é difícil compreender porque, neste mundo mais agressivo e mais competitivo do que nunca, onde se extremam as desigualdades entre "países ricos" e "países pobres" e, no interior dos primeiros, se perfilam sociedades onde milhões de "inadaptados" poderão estar condenados à assistência (forma sofisticada de exploração, a juntar à que já se conhecia), as ideologias de emancipação estão em refluxo: a luta por um lugar, ainda que no estribo, no comboio das maravilhas tecnológicas sobrepe-se ao olhar crítico, criativo e solidário que, não as recusando, se empenha em desmistificar o uso (e abuso) que delas se faz, e em despi-las da carga mítica que as envolve. Porque a ideologia dominante, essa, é **no essencial**, a mesma: a sua variante liberal até pode não durar muito, e sabe Deus o que lhe virá na esteira. Quanto às "ideias de Maio", importará assim tanto que vinte-anistas de 68 ou, por cá, de 74, sejam hoje quarentões cavaquistas? O que importa é que, apesar de tudo e de todos os reflexos, a sociedade que **eles** têm para administrar e pôr na ordem é diferente da que teriam se não tem havido os Maio e os Abris. As "ideias de Maio" deixaram marcas fortes, e deixam-nas todos os dias. São os que se batem pela **vida** os que fazem – e sempre fizeram – **avançar o mundo**, ganhem ou pareçam perder, façam-se ouvir bem alto ou pareçam silenciados. Muitas foram as grandes revoluções de que não sabemos a data.

TERRORISMO

COMO AS PESSOAS DE BEM GASTAM O SEU DINHEIRO

Estamos a falar do Estado, claro. Mas é assim que se lhe costumam referir os nossos políticos-juristas, na sua pitoresca linguagem, quando se trata de pagar indemnizações, de liquidar dívidas, de bem-administrar os chamados "dinheiros do contribuinte". Pois esse mesmo Estado, tão sensível às questões do terrorismo que processou jornalistas da TV por terem entrevistado gente das FP-25, a pretexto de se estar a fazer "propaganda", acaba agora de mostrar que não regateia, ele próprio, avultadas verbas para o mesmo efeito.

Com efeito, o verdadeiro frenesi que deu à RTP (e nunca o teria feito sem "autorização", se não "incitamento" superior...) ao passar horas a dar imagens em directo de Chipre do avião koweitiano desviado, interrompendo tudo o que era programa para mostrar de novo aqueles faróis na escuridão, raramente havendo qualquer notícia adicional, deve ter custado os olhos da cara. O mesmo sendo aplicável aos "enviados especiais" da RTP a Argel.

Como explicar tamanha operação de publicidade, montada por pessoa de tanto bem, à custa do "nosso dinheiro", so-

bretudo quando ainda há pouco um ministro se vangloriava de praticamente não haver terrorismo entre nós?

Avançamos uma hipótese: é que, vistas as coisas, para que serviriam as "forças da ordem", os serviços de informação, os GOI (que devem andar nervosíssimos com tanta inactividade), etc., etc., e os dinheiros que os sustentam, se não se agitassem o espantinho da desordem?

Ou seja, através de todo aquele espectáculo, pretender-se-ia meter na cabeça das pes-

soas que, de um dia para o outro, aquilo se pode passar à sua porta, que o perigo espreita a cada esquina, que, face ao Mal, só o Estado pode ser o Bem — e por isso todo o dinheiro é pouco para "nos defendermos".

É claro que Portugal, fora das encruzilhadas de todos os "terrorismos" (incluindo o reaganiano, obviamente), parece fraco candidato para tais coisas e, ainda que algum avião desviado cá viesse poisar, chamasse-iam os ingleses ou os alemães — como o fez Chipre ou, há uns anos atrás, o Uganda.

Mas que importa isso, e quem se vai lembrar desses pormenores? O caso é que os que vivem do orçamento da Lei de Segurança Interna também têm de comer, e o Estado, como pessoa de bem, tem de olhar por eles. Manter um nível suficiente de "terror" difuso nos cidadãos é, por certo, a melhor maneira de lhes gastar o dinheiro nessas brincadeiras, com a sua entusiástica aprovação. Ou não será? Mesmo que, de passagem, se vá fazendo a tal publicidade aos terroristas...

J. m. p.

RESCALDOS

OPOSIÇÃO CONFORMISTA "BORRA A PINTURA"

A história, todos a conhecem. Implacavelmente, os mandatários cavaquistas rejeitaram cada uma das setenta alterações dos partidos da oposição ao pacote laboral.

Nem o "bife apetecido", que em outras ocasiões tem traído a vontade do chefe, nem as manifestações, nem a vigilância obliqua dos dirigentes sindicais das galerias, nem a autoridade do cardeal ou os apelos à moral cristã (faltava lá o ex-deputado Morgado...), nem os discursos inflamados ou o apelo aos "brandos costumes" (para negociar), fizeram vacilar a maioria q.b. para legitimar a ofensiva cavaquista contra os dirigentes dos trabalhadores e das organizações.

Como se esperava. Tanto mais que, após o inquestionável sucesso da greve geral do passado dia 28 de Março, não mais as centrais sindicais assumiram a enorme vontade de unidade revelada pelo movimento operário.

De um lado, da CGTP, houve tímidos avanços nesse sentido, envergonhados mesmo, com o esboço de proposta para um 1.º de Maio conjunto "nos locais onde se justifique... dias depois de se ter realizado um plenário de sindicatos em Évora, onde, de princípio a fim, se tocou a velha cassette sobre a UGT... Contradições ou simples jogada "político-sindical", à imagem do que fizera Torres Couto com a greve geral? Aqui, como em relação

aos árbitros que apitam em cima do lance, aceitamos o benefício da dúvida e vamos pela primeira hipótese.

Do outro lado, da UGT, logo se afastou a hipótese de novas formas de luta. Em vez disso, foram-se alimentando ilusões sobre as hipotéticas alterações que surgiriam no Parlamento, e que alguns espíritos ansiosos por "negociar" migalhas quiseram descobrir nas declarações de Cavaco logo a seguir à greve. Empenhada em mostrar os seus préstimos a Cavaco, a UGT fez gato sapato da unidade combativa revelada por largos sectores de trabalhadores na greve geral e apressou-se a rejeitar a ideia de um 1.º de Maio conjunto, única perspectiva que, no curto prazo, poderia prolongar o sucesso da greve geral.

MAIO 68/20 ANOS
DEBATES

DIAS 7, 14, 22 E 27 MAIO

FORA DE MODA

RUA BALUARTE DO SOCORRO, 20/22 ■ 2900 SETÚBAL

Assim não quiseram os dirigentes sindicais e de nada lhes valeu essa atitude.

Pelo contrário. Da fraqueza dumha esquerda defensiva e conformista (Torres Couto gosta de lhe chamar "responsável"...), de imediato se aproveitou o governo para tomar a iniciativa. Primeiro, com a exigência dos TSD para que não houvesse 1.º de Maio conjunto, o que foi aceite. Depois, com a rejeição de todas as propostas da oposição ao pacote laboral, o que foi imposto. Por fim, com o convite público à direcção do PS para "cozinhar" a revisão constitucional, o que, a fazer "fé" nas recentes atitudes "cristãs" de dirigentes socialistas, não deixará de se traduzir no oferecimento "da outra face".

h. s.

EM SANTA MARGARIDA

"A MORTE SAÍU À RUA"

"Um homem ia a andar, caiu e morreu — reconstitui a história", era assim um dos jogos em que, pelo menos, eu me lembro de ter participado nos meus tempos de adolescente.

Desculpem, mas é isto que me salta à memória quando relembro as palavras de um oficial do regimento dos comandos de Santa Margarida, em entrevista radiofónica, a propósito da morte de dois recrutas: "Foi absolutamente repentino; eles caíram e depois morreram".

A diferença com o jogo mencionado é que não apenas se pode esconder a verdade, como quem responde às nossas perguntas tem a liberdade de o não fazer.

E então, a exemplo de muitos outros casos que sempre têm sucedido (e silenciado) em recrutas deste tipo e que, tal como agora se saldaram em "mortes repentinas", também aqui muitas perguntas vão continuar sem resposta.

E virá também o conformismo, que é apanágio destas situações: "Eles até iam à frente a puxar pelos outros"; "até tinham boa constituição física".

Selvajaria? "Nada disso, a prova é que os outros não mor-

reram, e antes deles, muitos por aqui passaram sem nada lhes suceder", logo responderá um "nosso comandante" qualquer.

Negligência? De forma alguma, a prova é que foram logo transportados para o hospital de Abrantes.

Os espíritos esclarecidos dos nossos chefes militares dirão, provavelmente, que "cada um deve conhecer os seus próprios limites". Daí concluirão que tudo deve ficar como dantes.

"Tu pensas que tudo aquilo é como um circo, em que tu és o animal com que se divertem. E lembras-te de quando foste ao hospital e lá estava o resultado de uma dessas brincadeiras que acabou mal: em estado de coma, costelas partidas e pulmões perfurados" — assim escrevia um recruta nas páginas do "Combate", há alguns meses atrás.

Da bestialidade militar ficou agora a marca de duas vítimas. Por quanto tempo mais? Por todo o tempo em que se mantiver o cerco de silêncio e resignação face às profanas forças armadas. Sintomaticamente, nem uma voz dos partidos da chamada oposição se fez ouvir para levantar sequer o problema...

h. s.

PERESTROIKASINHAS EDUCATIVAS

A FELICIDADE DOS ACTORES DO DRAMA ESCOLAR

Serenadas as euforias do Dia D e suas sequelas televisivas, todas as escolas portuguesas (primárias e secundárias, oficiais e particulares), poderão «concretar», de 1 a 15 de Julho próximo, e tornar-se, pela via do concurso, «culturais». Vinte escolas serão escolhidas por um júri, segundo critérios que incluem os «recursos da Escola» e a «simetria regional». Alargam-se assim a «Experiência Pedagógica da Escola Cultural», iniciada em 87, segundo informa um ofício-circular do Ministério da Educação.

O boletim de candidatura explica, em 8 páginas anexas, analíticas, reformadoras e programáticas, o que se entende por «Escola Cultural».

O objectivo último de tão inovadora iniciativa (lançamento de actividades extra-curriculares) é a «melhoria da qualidade do ensino português» e os seus pressupostos autocriticos são: «A escola contemporânea é, com poucas excepções, uma escola unidimensional» e «tem-se revelado qualitativamente insuficiente para as exigências da educação contemporânea: Os educandos sentem o vazio da escola unidimensional. Os responsáveis sabem que é possível pôr de pé outra escola. É, pois, necessário e urgente promover a escola pluridimensional», que é a que tem «a dimensão curricular, a dimensão

extracurricular e a dimensão de interacção daquelas duas».

Daí que, mais adiante, o documento passe a designar a «Escola Cultural» por «tridimensional» e nos explique que essa terceira dimensão é a «interacção dialéctica currículo-extracurriculo».

A Escola Cultural, além de 3 dimensões, terá 17 objectivos, recensados de a) a r), dos quais destacamos os seguintes: «m) promover a capacidade de distinguir entre ter e o ser e de preferir o ser ao ter; n) promover a capacidade de distinguir entre a quantidade e a qualidade e de preferir a qualidade à quantidade; (...) r) criar condições de satisfação e felicidade aos actores do drama escolar, sobretudo aos alunos e professores» (...).

Para que tais desígnios se tornem realidade, criar-se-ão clubes, de frequência livre, («artísticos, civicos, tecnológicos, de Comunicação Social, lúdicos, desportivos, de artesanato, etnográficos») que serão a «componente extracurricular da escola». A «interacção» com o currículo não deve ser «descontrolada». Prevê-se, assim, o «regime de faltas» para professores e alunos e uma avaliação por meio de relatórios.

O não-descontrolo da interacção também se encontra facilitado por um conjunto de deveres explicitados no documento:

— «Na Escola Cultural deve haver igualmente: exposições; concertos; recitais literários; conferências; colóquios; palestras; sessões de cinema; sessões de vídeo; jornadas desportivas; provas desportivas; concursos científico-literários, artísticos, técnicos; publicação de jornais ou revistas escolares; festas escolares; sessões de teatro; etc.» Sem falar na «festa anual da escola», «objectivação das actividades desenvolvidas». (Valerá a pena lembrar que a quase totalidade das escolas secundárias funciona em termos das 8 da manhã à meia-noite?)

— A escola cultural deve dispor de «variados recursos educativos e culturais», de que se citam alguns «exemplos»: centro de documentação, biblioteca, pavilhão gimnodesportivo polivalente adaptável a auditório musical, salão de festas, exposições, etc.; laboratórios, reprografia, material, aparelhagem de som e imagem (vídeo-cassetes, máquinas fotográficas, discos, fitas magnéticas, diapositivos diversos) — jogos diversos». (Quantas escolas poderão «concorrer» a «culturais»?)

— O «professor cultural» (que se opõe ao «professor curricular») tem de ser um promotor de cultura, tem de ser um agente de cultura». Onde foi feita a sua formação?)

E, finalmente, a «Escola Cultural deve ser um exercício permanente da liberdade, do

prazer íntimo de se fazer aquilo de que se gosta» (...) (Lembre-se que muitas são as escolas que têm uma frequência de vários milhares de alunos, tendo sido construída para algumas centenas.)

As 20 escolas eleitas não farão, de facto, meios para proporcionar o «prazer íntimo» aos seus alunos: as eleitas do presente ano (quantas? quais?) beneficiaram de um «crédito de

horas» de 40 a 60 horas semanais (ou seja 2 ou 3 «professores culturais» a tempo inteiro) e de um «reforço orçamental» entre 400 e 600 contos anuais (ou seja, um máximo de 60 contos por mês para clubes e festas).

Pelos vistos, é fácil e barato contribuir para a «felicidade dos actores do drama escolar» português.

e. d.

SACERDÓCIOS

E AGORA, ÁLVARO?

Nada mais parecido com uma instituição religiosa — com os seus dogmas, os seus ritos, os seus códigos, as suas liturgias, os seus secretismos, o seu puritanismo — do que o PCP.

Para ele, era mais do que óbvio que o patente declínio dos seus congéneres europeus tinha por única razão a «dúvida» que neles se instalou e os minou: não se meteram por eurocomunismos, não os usaram (ainda que timidamente) criticar a URSS uma vez por outra, não relaxaram os «costumes» e a disciplina partidária? O que pensaram em ganhar com isso em votos «impuros», burgueses, levou-os a perder a confiança proletária.

Forte da sua longa clandestinidade e de posições conquistadas em 74-75 nos campos, nas fábricas... e no aparelho de Estado, o PCP parecia resistir a tudo. Embora recuando sempre (o historial das suas posições face à Constituição e o aparecimento e consolidação da UGT são apenas dois exemplos), o PCP pôde, até às últimas eleições, manter um peso eleitoral e social aparentemente quase intacto. Porque os dogmas, esses, se mantinham intactos — e é disso que, para além dos altos e baixos na militância, dos heroísmos (e fanatismos) dos tempos de perseguição ou de conquista, se alimentam as Igrejas, e o poder dos seus aparelhos.

Até que se desmoronou o supremo dogma, o da intocabilidade da URSS, dos seus sucessos e vitórias, da sua exemplaridade revolucionária. É de lá

que hoje vêm as dúvidas, as posições mais heréticas, a revelação dos erros, dos crimes cometidos em nome do socialismo, a confissão do atraso económico, das práticas absurdas do «aparelho», da esclerose da organização social, da total ausência da participação dos trabalhadores no poder que se dizia «seu», a denúncia da apatia, do acomodamento, da corrupção.

Não importa, por agora, se o que de lá vem, se os ventos de reforma soam bem ou soam mal, e a quem soam bem ou mal. Podemos, por exemplo, interrogar-nos se a única saída para os erros e os fracassos daquele socialismo estará na introdução de mecanismo mais do que conhecidos na prática capitalista. Mas nem será isso o que mais preocupará os velhos dirigentes da «igreja portuguesa».

É justamente a sua condição de velhos dirigentes, de intransigentes guardas e arautos de uma verdade que deixou de o ser, que está em causa. É a democracia interna, o rejuvenescimento do aparelho, as «ideias novas» que poderão vir da livre crítica dos militantes o que verdadeiramente os ameaça.

E agora, Álvaro? Já passaste por muitas, por oposições internas e dissidências várias, mas sempre com a bênção dos Supremos Sacerdotes. Talvez por lá as coisas se voltem a compor? Talvez. Mas isso não evitará que te vás tornando chefe, sempre todo-poderoso, de cada vez menos devotos. E, entretanto, o espectáculo será deplorável. Já começo, aliás.

j. m. p.

PRESIDÊNCIAS

JOGOS FLORENTINOS

Vemos os resultados das eleições francesa e pomonos a pensar.

Disse muita imprensa, quando Chirac ganhou as eleições legislativas, que a França começava uma experiência política análoga à portuguesa: a «coabitación» entre um presidente de esquerda e um primeiro-ministro de direita. Ainda que se ressalvem as diferenças institucionais, que em França dão ao presidente mais poderes do que em Portugal, o certo é que lá a estratégia de Mitterrand foi a de manter uma tensão permanente, que veio a desembocar no confronto eleitoral de «se horas vizinhas» que há poucas

semanas desgostou tantas almas sensíveis na «exemplar» democracia gaulesa.

Por cá é exactamente ao oposto que se tem assistido. Soares abdicou de qualquer função política, optou por não chatear ninguém, esperando com isso talvez que o seu Chirac-Cavaco um belo dia patrocine a sua candidatura, e é óbvio que Soares só pensa em ser reeleito, desde o dia em que foi eleito.

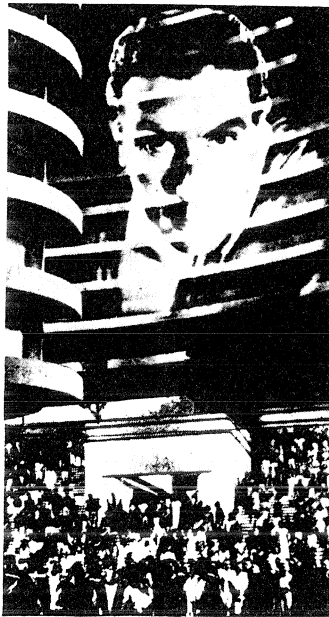
Isto é, enquanto Mitterrand se aproveitou da existência do «partido maldito», nesse caso a Frente Nacional (e há mesmo quem o acuse de, através do

sistema proporcional, ter favorecido a sua entrada no sistema, com maquiavélicos propósitos), para dividir e confundir o campo adverso. Soares propor-se-ia, pelo contrário, libertar-se da necessidade dos votos do seu «partido maldito», neste caso o PCP.

Qual o papel de Constâncio, no meio disto tudo? O seu tradicional mau relacionamento com Soares fá-lo-ia, aparentemente, candidato a vir um dia ser o Rocard de Soares. E se Soares já tivesse (em mente) o seu Rocard — e se ele se chamasse Cavaco?

j. m. p.

13/14



CIÊNCIA E FELICIDADE

utopias e contra-utopias técnico-científicas

JOÃO MARTINS PEREIRA

GRAFISMO LUÍS FÉLIX

As utopias, escolhem-se. Como tudo, ideologicamente. Aqueles que imaginam e descrevem uma sociedade ideal, perfeita, não fazem mais do que transpor para essa construção intelectual a sua própria concepção quanto às "imperfeições" ou insuficiências da sociedade que os rodeia. O desejo que consigo transportam as utopias pode ser um desejo de ordem (de **mais** ordem) ou desejo de revolução, um desejo de poder, ou de igualdade, um desejo de cigarra ou de formiga — mas sempre um desejo que, conscientemente ou não, reflecte uma leitura ideológica do "que é" dada através do que "deveria ser". Por isso as utopias não podem ser desligadas dos períodos históricos em que nascem, em cujas dúvidas, e esperanças, e temores, e conflitos, e interesses radicam as suas "propostas". Por isso, todas são **políticas**, ainda quando o não pareçam os "instrumentos de felicidade colectiva" que os seus autores privilegiam. É bom recordá-lo, quando justamente me cabe tratar das chamadas **utopias técnicas**.

Não é, pois, casual que tenha sido Francis Bacon, um dos pais do método científico moderno, a imaginar, em princípios do século XVII, aquela que viria a ser a primeira grande utopia técnico-científica da era moderna. Chamou-lhe Nova Atlântida, e era uma ilha como a sua mítica ascendente. Aí, a felicidade dos seus habitantes era assegurada por toda a espécie de "objectos técnicos" (telefones e aviões, motores e turbinas) mas também pelos resultados das investigações continuamente desenvolvidos no chamado "Templo de Salomão": novas técnicas médicas, melhoria de espécies animais e vegetais, estudos sobre a longevidade, novos instrumentos musicais, etc. Eram os tempos de ascensão burguesa, da afirmação da experiência e da razão face às superstições e, sobretudo, à religião. Eram os começos da grande fé no "progresso" assente nas descobertas científicas. Para Bacon "saber é poder" — e é também "o Poder". Os progressos da técnica tornarão os homens felizes, e tornarão poderosos aqueles que detiverem o conhecimento da natureza, dos seus segredos, das suas leis.

A influência de Saint-Simon

Dois séculos passados, está-se em pleno arranque da revolução industrial. A indústria já utiliza máquinas a vapor, a indústria têxtil já dispõe de máquinas revolucionárias, o aço é já o

mais apetecido dos materiais, a química acaba de se libertar da busca secular da pedra filosofal. Mas a França da Restauração, após a queda de Napoleão, não é uma sociedade de "progresso": a aristocracia da corte retoma os seus privilégios, partilhando a terra e algum poder com uma burguesia pouco interessada nas ciências e na indústria, feita em grande parte de notáveis locais, comerciantes, notários, administradores. É nesse período que surge um homem proveniente da aristocracia provinciana decadente, Saint-Simon, que vai imaginar uma França próspera e feliz, em que "o governo dos homens será substituído pela administração das coisas", em que os criadores e os produtores substituirão no poder as classes sociais (nas suas palavras: "as abelhas deixarão de ver o seu mel espoliado por vespas que nada produzem"). Saint-Simon imagina a organização do "sistema político que convém ao estado actual das luzes", que compreenderia uma **Câmara de Invenção**, composta por criadores (engenheiros, artistas, homens de imaginação) "abrindo a marcha e anunciando o futuro da espécie humana", uma **Câmara de Exame** em que os cientistas (físicos, matemáticos, fisiologistas, etc.) escrutinariam as ideias surgidas na anterior e "estabeleceriam as leis higiénicas do corpo social", e finalmente a **Câmara de Execução**, em que os industriais "trariam as ideias à produção, julgando o que há de imediatamente prático e de utilidade pública nos projectos concebidos e elaborados pelos sábios e artistas". Na realidade, é o poder dos industriais, e aí Saint-Simon é claro: "Os sábios prestam serviços importantes à classe industrial, mas recebem dela serviços ainda muito mais importantes, recebem dela a **existência** (...) A classe industrial é a classe fundamental, a classe que alimenta toda a sociedade, sem a qual nenhuma outra poderia existir". A fé na técnica, na ciência, na indústria virá, após a morte de Saint-Simon (1825) a dar origem a uma espécie

de "igreja" saint-simoniana, cujo chefe, Enfantin, dirá: "É necessário que a Escola Politécnica seja o canal através do qual as nossas ideias se espalham pela sociedade". Durante todo o século XIX, Saint-Simon e o saint-simonismo tiveram uma influência importante: Comte colaborou com Saint-Simon, os Pereire e os Lesseps andaram em negócios e projectos com os saint-simonianos, que chegaram a ver em Napoleão III um dos seus. Desta utopia se tem falado muito no nosso tempo: damos-lhe o nome de tecnocracia. É uma das componentes **políticas** do capitalismo moderno. As luzes do tempo de Saint-Simon eram mais ténues do que ele pensava: e os artistas e criadores nunca foram adoptados com o fervor saint-simoniano pelo mundo da tecnologia e do dinheiro.

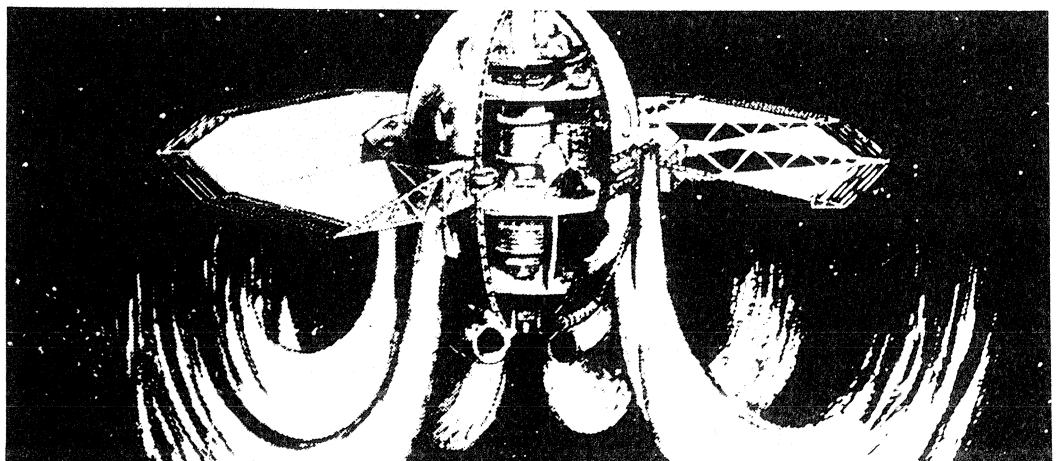
Enfim, já na fase de industrialização acelerada em França, outro homem constrói uma obra que pode legitimamente ser considerada utópica, mais do que de simples ficção científica: Júlio Verne. Na realidade essa obra é a glorificação da ciência e da técnica, e a prefiguração de uma sociedade futura, povoada de "heróis positivos". Segundo um seu exaltado admirador: "Nunca se encontra nada de mesquinho nos seus livros. Tudo neles é grande e nobre, próprio para inflamar do mais belo ardor a alma da juventude, capaz de reanimar as coragens desfalecidas no limiar das dificuldades e perigos da vida". O próprio autor escreve um dia ao pai: "Escrevi-te há dias que me vinham ao espírito coisas inverosímeis. Na realidade não o são. Tudo o que um homem é capaz de imaginar, outros homens são capazes de realizar". Esta última frase faz lembrar o papel dos industriais no plano de organização social de Saint-Simon. Sem ter desenhado **uma** utopia, é óbvio que, também para Júlio Verne, a ciência e a técnica resolverão um dia todos os problemas, farão a felicidade colectiva.



O surgimento das contra-utopias

Até ao fim da primeira metade do nosso século, muito do que estes homens **desejaram**, nas suas então utópicas construções, tinha sido concretizado pela ciência e pela tecnologia modernas. Mas algo tinha também surgido que eles não imaginaram: a técnica ao serviço da opressão, o "medo da ciência". Era a altura de surgirem as contra-utopias. Duas tiveram grande popularidade: as que são descritas nos livros "O admirável mundo novo" de Huxley (1931) e o "1984" de Orwell (1948). Desde então, a proliferação dos arsenais e das centrais nucleares não fez mais do que **sublinhar** o facto de que a ciência e a técnica não são boas nem **por si só**. Disso se deram conta os perplexos cientistas que estiveram na origem da primeira bomba atómica: deve ou não passar-se aos homens do Poder esta tremenda descoberta? Acharam que sim, como o acharão por certo um dia os que descobrirem os segredos da criação em laboratório de seres humanos "por encormentada", do que talvez já não andemos tão longe como isso.

Os nossos utópicos misturaram duas coisas: é um facto que o domínio das ciências e das técnicas dá **poder**, e dá-lo-á cada vez mais. A felicidade, essa, tem pouco que ver com isso, embora seja diariamente anunciada na televisão, nos anúncios de todas as migalhas técnicas feitas objectos de consumo — que, no fim de contas, não dão nem uma coisa nem outra.



15

SORRISOS

CAVACO EM TERRAS DE SANTA CRUZ

Sorridente (tão sorridente que a revista semanal VEJA até tituló: O Português ri), pragmático, desembaraçado, seguro — Cavaco galgou o oceano e chegou a Terras de Santa Cruz para a sua visita de quatro dias.

Discursou, discursou, deu lições de boas maneiras aos jornalistas brasileiros, inaugurou caravelas de cimento e estátuas de bronze, desbobinou todos os números possíveis e imagináveis para demonstrar que Portugal é capaz de vencer "o desafio europeu" e até levou pipopo de deputada em Brasília.

Mas mais do que tudo isso Cavaco veio ao Brasil "com a convicção de um vendedor que confia na qualidade do seu produto" — como bem escreveu o jornalista da VEJA.

Do Oiapoque ao Chui, Cavaco não fez outra coisa senão dizer que: "as portas de Portugal estão abertas" e que "para o empresário brasileiro, Portu-

gal constitui um excelente ponto de partida para o espaço comunitário" e atenção, atenção! SALDOS! Desconto de 50% é pra acabaree: "se o Brasil quiser investir em Portugal visando a Comunidade Económica Europeia o momento é agora".

Porque, avisa o bom vendedor: "cada dia que passa é um dia perdido" e "se o empresário brasileiro não for ocupar esse espaço nos próximos dois anos, quando resolver faz-lo o espaço já estará tomado por outros países".

E foram muito mais que meias palavras que o primeiro-ministro usou para convencer que Portugal é um bom negócio: "se ficamos apenas no universo da retórica, direi que o Brasil perdeu uma oportunidade". E tenho dito.

Foi tanta a repetição e a insistência do sermão em vários tons que os jornalistas, na última conferência de imprensa

dada na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), já iam a apagar as fitas no elevador e um, da "Folha de São Paulo", chamou a visita "cruzada".

De jornalistas brasileiros (?) é que Cavaco não parece ter gostado muito: chegado a Brasília, depois da gaffe protocolar do aeroporto (não parou à frente da bandeira do país anfitrião, obrigando o Presidente Sarney a detê-lo por um braço) ele ainda restriu a já morna imprensa, negando declarações e dizendo-se impressionado com os jornalistas brasileiros que não tiveram paciência de esperar a entrevista colectiva marcada para o final da tarde. Isso foi dia 9 de Junho, no seu segundo dia de visita.

Logo no primeiro dia, no Rio de Janeiro, Cavaco não foi para menos em questões diplomáticas: aterrando no Brasil exactos cinco dias depois da escandalosa votação da prorroga-

ção do mandato de um presidente que nunca foi votado por um povo (que desde 1984 está à espera de exercer o direito inscrito no 1.º artigo da nova Constituição; que na sua esmagadora maioria de 90% manifestou a vontade de votar) Cavaco apressou-se a dizer que "o Presidente José Sarney tem toda a legitimidade".

Poderia ter dito o contrário? Não, é claro, que a diplomacia tem razões que a razão desconhece, mas a afirmação valeulhe umas quantas aspas nos jornais considerados liberais como a "Folha de São Paulo".

Em São Paulo, continuando o seu programa de exaltação dos valores pátrios do Portugal novo que incluem percentagens de votos, índices de inflação, crescimento, desemprego, taxas de juros, dívida externa, dia de Portugal e da raça, Luís Vaz de Camões, caravelas e Cabrais, Cavaco permaneceu sorridente e seguro ao falar do

Portugal próspero, à frente de um milhar de portugueses presentes à inauguração do monumento a Cabral quando estava prevista uma multidão de cinco a dez mil pessoas.

Cavaco deve ter sorriso ao descobrir uma bandeira do PSD no meio da exígia "multidão" de raparigas em trajes folclóricos e estandartes. Cavaco deve-se ter emocionado com as criancinhas recrutadas nas escolas municipais, todas elas de branco vestidas e com faixas verde/amarelo e vermelho/verde, a cantar o hino com sotaque brasileiro.

No parque que hospeda a estátua que custou 80 milhões de cruzados, no dia 10 de Junho vendiam-se copos de água e pipocas e gelados, distribuíam-se bandeirinhas e edições especiais que falavam de Portugal Novo e Aníbal Cavaco Silva e sua mulher sorriam, sorriam muito.

alessandra balsamo

HUMORES

O LÁPIS LARANJA

Linguagem ousada, anedotas picantes e estratégias subversivas renderam-se à evidência dos valores pátrios, em nome da preservação dos valores históricos e culturais de Portugal. A RTP assim o quis...

Tudo começou com o afastamento de uma determinada figura histórica do pequeno écran, incómoda para alguns sectores da nossa sociedade. A figura histórica foi afastada e depois, ao abrigo do rompimento de um acordo de cavalheiros, o programa foi definitivamente afastado. A suspensão do Humor de Perdição despoletou um variado leque de reacções — intelectuais, políticos, anónimos, manifestações portuenses da Comissão para a defesa dos Direitos de partir o cu a rir e outras. A reacção que mais surpreendeu foi a do Primeiro-Ministro que se afirmou chocado com a proibição do programa e ainda a da distrital do PSD que se assumiu vigorosamente contra o Conselho de Gerência da RTP (um Humor de Suspensão ou de Inquisição como lhe chamaram na altura). Carlos Pinto Coelho, director de programas e Coelho Ribeiro, Presidente do Conselho de Gerência da RTP passaram, sem fazerem a menor ideia disso, a figuras históricas.

"Coelho à caçador", dizia com graça Herman José quando lhe perguntavam o seu maior desejo. Coelho Ribeiro passou então a persona non grata pelos sectores "contra a maré" e anti-censura. Mais criticado ainda quando se sabe a verdade das coisas: Coelho Ribeiro já tinha prática censória, adquirida antes do 25 de Abril na Comissão de Exame Prévio ao Teatro. Como o jornal "Semanário" revelou pelos testemunhos de alguns actores que representavam na época, Coelho Ribeiro era o "Pide Bom" o que assistia atentamente aos ensaios gerais e no fim tentava convencer só actores a retirar cenas impróprias ao regime marcelista. Os comentários de Coelho Ribeiro à revelação do "Semanário" foram: "Fui apenas dos serviços jurídicos, nunca censurei peças. Eu até fui do MUD juvenil".

Apesar de muita gente esperar pela demissão do Conselho de Gerência da RTP depois do escândalo, as coisas não vão mudar a breve prazo, só no final do mandato deste conselho. Contudo o episódio — apogeu do caso — foi a proibição da passagem no Telejornal das declarações do Presidente da República sobre o programa. Ouvido na Covilhã sobre o assunto e durante as comemora-

ções oficiais do 10 de Junho, Mário Soares afirmou que até gostava do programa e não concordava com a ofensa aos valores históricos e culturais que a RTP alegara. Por motivos de oportunidade a Direcção de Informação não permitiu a passagem das declarações e das imagens dizendo que essas imagens se destinariam a um programa especial sobre a suspensão do Humor de Perdição...

Perante o acumular de situações o Conselho de Comunicação Social pediu ao Governo uma posição sobre o Conselho de Gerência da RTP. O Conselho de Redacção da televisão disse então que houve censura no Telejornal.

Entretanto, a Assembleia da República dedica uma tarde de debate e "condena", a proibição do programa. Há ainda o folhetim RTC — são proibidas as participações de Herman nos spots publicitários da televisão. Uma situação que acaba por ser mudada quando a RTP anuncia que vão aparecer spots com a figura de Maximiana — a figura mais popular criada por Herman.

Neste momento tudo parece navegar em águas mornas.

elizabeth caramelo

INGLATERRAS

HOOLIGANISMO E THATCHERISMO

"As pessoas sabem que não vão encontrar emprego. Não há, nem vai haver. E, no entanto, vão sobrevivendo. O futebol ajuda-as. Mas a sociedade, aqui, está apodrecida, e o estado de espírito nos estádios é o reflexo perfeito disso. Não vale a pena procurar noutro lado as causas da violência do futebol". Isto dizia o presidente County Council (Conselho Municipal) de Liverpool logo após a tragédia de Heysel, em Julho de 85 (38 mortos no Liverpool Juventus).

O declínio económico de Liverpool (há 100 anos 50% de todo o tráfego marítimo britânico, menos de 10%, hoje), como de outras regiões que foram centro da revolução industrial inglesa, não data da Sr. Thatcher. Mas mesmo os seus adeptos reconhecem que nunca como hoje a Inglaterra, mercê de um liberalismo implacável, esteve a tal ponto dividida em duas partes. Basta ver os números do desemprego: para uma média da ordem dos 10%, o Sudeste (a Grande Londres) tem "apenas" 5,8% de desemprego, enquanto em Liverpool

atinge 19%, na Cornualha 19,6%, no Nordeste 19%, na Irlanda do Norte 17,4% (mais de 30% na comunidade católica).

A imagem da grandeza, da prosperidade, da confiança, da "modernidade" que a Thatcher julgou restituir à Inglaterra pós-imperial, pensando que neste mundo só conta o sucesso nos negócios, virou-se contra ela. Para a "sua" juventude, aquela para quem "não há, nem haverá emprego", só existe uma verdade, e um fanatismo: o futebol. É a imagem que essa juventude passava tumultuosamente por países que tremem quando lá vão jogar equipas inglesas, não é a de um país "civilizado", disciplinado" pela mão de ferro da dita senhora. É a do país degradado e arruinado que circunda a Grande Londres: como se a senhora primeira-ministra tivesse recolhido a enorme ilha à dimensão de uma próspera cidadela rodeada de bárbaros por todos os lados. Já ouviram falar de "capitalismo selvagem"?

j. m. p.

FIGURAS

O VASCO VOLTARÁ

Não, não é esse em quem estão a pensar. É o outro, o Pulido Valente, que depois do mal sucedido "sketch" do "general balança", na campanha presidencial de Soares, foi fazer pela vida para os Estados Unidos.

Bem vistas as coisas, não foi muito original na sua atitude. O Prado Coelho, por exemplo, também partiu para França, o que até o levou a substituir as suas saborosas crónicas na revista do Expresso por outras que são muito menos saborosas, talvez por serem escritas do lado de lá dos Pirinéus.

Vá lá saber-se por que é que o Vasco preferiu os Estados Unidos... Pode ter sido porque foi de lá que lhe surgiu uma proposta de trabalho, pode ter sido porque estava seguro de que o contacto directo com o Reagan lhe iria aguçar os instintos humorísticos, pode ter sido porque já lhe cheirava mal essa história da influência da cultura francesa sobre a cultura portuguesa, enfim, pode ter sido por muitas razões que a gente certamente nunca saberá.

Ponto é que o Vasco mudou, e não só de país. Desde logo, deixou de escrever no "Sema-

nário", para passar a fazê-lo no "Independente", que como se sabe é muito menos conservador e muito mais moderno do que aquele (neste capítulo, aliás, averbou mais uma vitória sobre Prado Coelho, uma vez que, ao menos, nunca anunciou aos quatro ventos que ia deixar de escrever...).

Mas não só. Desta feita, e apesar da longa prática que se lhe reconhece, ou da prestimosa colaboração que deu à já referida campanha de Soares, não ocupou qualquer cargo: nem no governo, nem na Presidência da República, nem na direcção de nenhum dos "partidos democráticos", nem sequer como adido cultural de uma qualquer embaixada (de neste caso, só poderia ser a de Nova Torque).

Ao contrário: mal pisou terras do Tio Sam, começou a dizer cobras e lagartos do Cavaco, da Beleza, e até de instituições tão veneráveis como a família e a Igreja. Ainda não disse o mesmo de Soares, mas pode ser que com o deenvolvimento do folhetim Macau lhe fuja a caneta para aí, o que poderia muito bem dar lugar a uma nota da Presidência da

República que não ficasse a dever nada às notas da Rádio Renascença sobre a crónica do Vasco relativa à família...

Por último, mas mais significativo do que tudo o resto, não só não ficou embaixado com o país que lhe deu guarida, como inclusivamente passou a dizer dele o que Maomé nunca disse do toucinho. Vejam lá, seus liberais primários, que o Vasco chegou mesmo a pôr em causa que nos Estados Unidos houvesse uma democracia a sério, alegando que os direitos das minorias — fossem elas ráticas ou sexuais — não eram muito tidos em conta por aquelas bandas...

É por isso que, mesmo sabendo que pela boca morre peixe e que quem ver caras não vê corações, estou convencido de que ele não permanecerá muito tempo nos Estados Unidos — um pouco como a filha de Estaline, que uma vez lá chegou, começou a dizer que, mal por mal, antes a União Soviética. Até porque é Pulido, este não irá tão longe; mas que o Vasco voltará, disso podem ter a certeza...

j. m.

ELEIÇÕES FRANCESAS

A RECONCILIAÇÃO

França: após as legislativas de Junho, reconciliação é a palavra forte do segundo governo de Michel Rocard. O discurso do primeiro-ministro francês perante a Assembleia Nacional organizou-se à volta da tríade reconciliação-modernização-acção. "A solidariedade social é condição da modernização económica do país", diria Michel Rocard nesta sua primeira declaração política à assembleia francesa, repetindo, aliás, uma das principais ideias defendidas por François Mitterrand, na campanha presidencial. Michel Rocard está também empenhado em anular a desconfiança dos franceses em relação à acção política (cerca de 30% de abstenções atestam as reticências do eleitorado francês em relação aos políticos).

Uma das prioridades do seu governo é preparar a França para o desafio do grande mercado europeu em 1992, para o que planeia concentrar esforços no campo da investigação e educação — Rocard, que afirma que o reconhecimento público pela sua acção só virá a longo prazo, quer, assim, mostrar que a acção política pode mudar as condições de vida, não pelos discursos, mas concretamente e no dia-a-dia.

Dupla abertura

Mas é apelando à reconciliação que tudo se organiza. A palavra-chave transformou um (aparente) desaire político em vitória e foi brandida com êxito na assinatura do acordo sobre o futuro de Nova Caledónia, primeiro triunfo de um governo empenhado em dar uma imagem de procura de consensos. Reconciliação traduz-se também na "dupla-abertura" que caracteriza a composição do governo de Michel Rocard. Abertura ao centro — mais quatro centristas no governo — inevitável perante os resultados, os socialistas elegem 276 deputados (ficam a 13 lugares da maioria), contra 271 da coligação eleitoral URC (Union du Rassemblement et du Centre, que agrupa os conservadores do RPR, de Jacques Chirac, e a UDF, grupo de partidos e personalidades políticas que se reclamam do centro, Raymond Barre, Giscard D'Estaing, François Leotard, Simone

Veil). O novo governo francês o mais numeroso da V República, com 49 elementos, conta com 7 elementos centristas. C primeiro-ministro Michel Rocard, que reconhecera a formação do gabinete é "inesperada", acrescentou que se trata de um governo "equilibrado, o primeiro da V República no qual a formação de origem do presidente da República não representa senão metade do governo".

Sociedade civil

O segundo vector desta abertura é o alargamento do governo à "sociedade civil" — tendência já defendida por Mitterrand e Rocard, agora reforçada com a nomeação de um cancerólogo para a Saúde, um membro da Academia Francesa para ministro delegado para a Francofonia e um hemipléico para a área dos Deficientes. Esta abertura à "sociedade civil" segue o princípio caro ao presidente Mitterrand, segundo o qual "a sociedade não evolui somente a partir do Estado". A composição do governo de Michel Rocard segue as determinações de Mitterrand, o governo devia ser "da França" e não dos socialistas, prolongamento do slogan presidencial "France Unie".

Derrota presidencial

"Asseguro-vos que a França está a ser governada e irá ser governada", disse Mitterrand logo após os primeiros resultados legislativos, acrescentando depois, para espanto de alguns, "a maioria parlamentar existe, é forte, coerente e duradoura". De facto, para muitos observadores os resultados eleitorais foram uma derrota pessoal do presidente Mitterrand, que pediu, durante a campanha, "uma maioria socialista clara e estável", mas foi também Mitterrand quem disse que "não é saudável que um só partido governe o país", dando razão a quem desconfiava que o presidente realmente desejasse a maioria socialista, que o iria forçar a tomar medidas políticas de esquerda (nomeadamente no campo da segurança social e dos impostos), das quais François Mitterrand já se afastou.

cristina borges

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

TORNAR LISBOA CULTA EM 6 ANOS

Lisboa não tem Cultura que chegue para se candidatar a ser, em 1994, a "Capital cultural da Europa". Assim mesmo! Foi o que disse, segundo notícia recente, o vereador do pelouro da Cultura (?) da Câmara de Lisboa.

Então e os joaquinzinhos? E o fado? E a Gulbenkian? E os Jerónimos? E os calcetados? E o Centro Nacional de Cultura? E a baixa pombalina? E o Carlos Botelho? E a Torre de Belém (oh gloriosos navegadores, vós que tirastes a Europa das trevas!)? E os mangericos? E a Imprensa Nacional? E o Pessoa, em espectro no Martinho e em bronze no Chiado (quando é que ele irá acabar aquela bica?)? E o Chiado propriamente dito? E a Madre de Deus? E o Frágil? E o Centro Comercial das Amoreiras? E Alfama? E o Lobo Antunes? E o Eça? E o Expresso? E a RTP (o Sr. Carlos Ribeiro e o Sr. Brás Teixeira, tão escrupulosos em matéria de valores cultu-

rais)? E o próprio Sr. Abecasis, com aquele colar ao pescoço? E o Aqeduto? E os ardnas? E o Museu do Traje? E o Jardim da Estrela? E o Alcântara-Mar? E o Estádio da Luz? E as peixeiras? E a Vila Sousa? E os Alunos de Apolo? E as marchas ditas populares? E a Feira da Ladra? E as grandes conferências filosóficas do Dr. Soares? E ele-próprio?

Que diabo! O Sr. vereador não estava a falar do Cavaco, estava a falar de Lisboa. Ouçam bem as suas palavras: "Lisboa tem de ser primeiramente um local de cultura para a própria população, a fim de em 1994 possa vir a ser a Capital cultural da Europa". De que precisa então Lisboa, segundo o Homem, para poder aspirar a ser coisa de tanta honra para todos nós? Nada menos, nem mais, do que 22 centros culturais espalhados pelos bairros periféricos, supostos os mais incultos da capital, absolutamente impróprios para serem

mostrados aos cultíssimos visitantes estrangeiros. Em poucas palavras: Lisboa hoje, culturalmente falando, é zero. Dentro de seis anos, com 22 centros culturais, cada um com a sua mini-Helena Vaz da Silva, coluquiando, debatendo, teatrando, dando dominicalmente o seu passeio cultural lá pelo bairro, Lisboa será uma capital cultural ao nível de Paris, Florença ou Berlim!

Simplex provincianismo ou palermice de um bem-intencionado que já se baba ao pensar nos elogios que grandes figuras da Cultura Europeia irão fazer à sua obra? Talvez não. Ocorre-me que há eleições municipais para o ano que vem. É capaz de dar para fazer um dos tais centros. Os outros vinte e um, as populações que os façam, se quiserem. E até era bom que fizessem, sem pensar em pompas (nem datas) europeias.

j. m. p.

FIGURAS

SOARES: E TIMOR?

Mário Soares continua na senda do êxito. Depois de ter provado à sociedade que o rio Douro era mesmo navegável — no decurso de uma trajectória que o enviou da "Câmbio 16" espanhola a Portugal não hesitou em classificar de "épica" — eilo que regressa do Equador, com a demonstração de que "há pelo menos um político português que já sabe que o Tratado de Tordesillas não está em vigor" (Cáceres Monteiro, "O Jornal" de 19 de Agosto).

Como assim? Pois bem: no dizer de um assessor presidencial ao "Semanário", Soares aproveitou a tomada de posse do novo presidente equatoriano para enfrentar de peito aberto a influência espanhola na América Latina, tirando o melhor partido possível do facto de ter sido o único chefe de Estado europeu a deslocar-se a Quito.

Georges Schultz — o representante de Reagan no evento — e os presidentes do Brasil e Uruguai foram, apenas, algumas das ilustres figuras a irem ao beija-mão real (perdão, presidencial). Algumas, sim, porque muito mais importante do que o contacto com elas — oh, ironia do destino — foi o encontro "não programado" com Fidel Castro.

Ao certo, ninguém sabe o que é que Soares discutiu com o líder cubano, até porque o presidente português se recusou a revelar o mistério, alegando que antes de tudo o mais teria que revelar ao primeiro-ministro. Calcula-se, porém, que tenham discutido a situação em Angola, e não exacta-

mente à luz do relatório transmitido ao inquilino de Belém pelas seis distintas senhoras que visitaram a Jamba.

Calcula-se é uma forma de dizer. As gazetas asseguram que foi isso mesmo e nós, ao contrário de Eurico de Melo, ainda acreditamos que mais do que 70% do que elas afirmam a este e a outros respetos correspondem à realidade.

Talvez, por isso, nos intrigue ainda mais o facto de os jornais não terem admitido a hipótese de Soares ter discutido com Fidel a situação em Timor-Leste. É que este é, precisamente, o único domínio em que o Presidente é, constitucionalmente, co-responsável com o governo em matéria de política externa... Para além disso, conhecem-se os rumores de que a Indonésia poderá, a breve trecho, vir a ocupar a presidência do Movimento dos países Não-Alinhados, movimento onde é por demais sabida a influência de Cuba... E tem-se presente que a posição dos cubanos relativamente a Timor, se calhar porque "noblesse oblige", não tem sido das mais claras...

Provavelmente, foram apenas as fontes de Belém que não consentiram em nenhuma fuga de informações sobre este assunto, para não prejudicar as demarques que se estão a realizar no âmbito da ONU... Mas lá que é intrigante que o Presidente, nem à chegada a Portugal, tenha dito uma única palavra sobre a matéria, lá isso é!...

Ainda por cima, lemos "O Jornal" e vemos "uma das mais importantes figuras do Estado" português confessar ao jornalista que os recentes discursos

de Carlos Encarnação e Sottomayor Cardia no Comité de Deslocação da ONU foram um "acto irrelevante". Continuamos a ler e verificamos que os dois deputados portugueses "reafirmaram" em Genebra que "as preocupações portuguesas voltam-se apenas para os valores sagrados da democracia, dos direitos do homem e das liberdades individuais". Lemos ainda mais e constatamos que, "na mesma ocasião, o deputado europeu Lucas Pires sugeriu que Portugal e a Indonésia, em concertação com o secretário-geral das Nações Unidas, aprovassem uma carta de "direitos e garantias mínimas" para o povo de Timor-Leste.

O jornalista recorda-nos, então, que "o PSD deseja que a palavra 'independência' seja retirada do n.º 1 do artigo 297 da Constituição, substituindo-a pela palavra 'auto-determinação', com o argumento de que essa nova formulação poderia facilitar uma solução definitiva no quadro da Comunidade Internacional". E nós recordamos de que, exactamente com o mesmo argumento, a Assembleia da República aprovou uma segunda versão da carta-resposta ao convite indonésio para que uma delegação parlamentar portuguesa se deslocasse ao país invasor, da qual não constava nenhuma exigência de visita ao território invadido... E recordamo-nos, mais, de que já o programa do actual governo evitava qualquer referência à questão de timor-Leste, o que até obrigou o Ministro dos Negócios Estrangeiros a ir à ONU explicar que tal não acontecera porque Portugal se tivesse esquecido do assunto... Como nos recordamos, ainda, de que a Comissão Parlamentar para o acompanhamento da situação em Timor permitiu que a sessão legislativa de 87-88 tivesse terminado sem que, ao menos, fosse aprovado o seu plano de actividades... para 87-88!...

Perante tudo isto, continuará Soares a achar que não tem nada para dizer? Estará ele à espera do próximo Conselho de Estado, que "para ser mais conclusivo do que os anteriores", segundo "O Jornal", poderá só vir a realizar-se depois de concluída a revisão constitucional? Isto é, depois do PSD ter substituído a palavra "independência" pela palavra "auto-determinação"...

j. m.

VITÓRIAS

CONVERGÊNCIAS DE INTERESSES

Todos sabem como o Governo tem embandeirado em arco por ter conseguido da CEE umas abundantes massas para "salvar" a indústria portuguesa: o PEDIP (ou Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa). E até se disse que o Triunfo final foi do próprio Cavaco, no Conselho de Ministros de Fevereiro, quando uma linha orçamental foi criada, complementarmente a dinheiros dos Fundos Estruturais (linha esta que, se não foi a salvação da indústria, foi-o certamente do ministro Mira Amaral que, depois disso, não mais deixou as páginas dos jornais). Claro que os entendidos sabem que nada disso se passou assim, e que tudo foi preparado, escrito, decidido e outorgado pelos funcionários de Bruxelas.

Mas há algo que não se sabia e foi há tempos noticiado nos jornais, **sem qualquer destaque**. É que, para tomar essas decisões, a Comissão de Bruxelas apoia-se no parecer técnico do Comité Económico e Social da CEE. Pois bem, o parecer sobre o PEDIP aprovado por unanimidade nesse comité foi elaborado por um dos seus membros portugueses. Quem? O representante da CIP? O da

AIP? O da UGT, talvez? Nada disso: pelo representante da CGTP-Inter! O texto de Vasco Cal, do gabinete de estudos da Inter, era mesmo de "tal qualidade, que se impôs a todos os membros do Conselho", segundo foi dito na recente Conferência de Imprensa em Lisboa. Porquê, então, não embandeirou em arco a CGTP com esse triunfo, por certo bem mais importante do que os de Cavaco, que se limitou a agradecer aquilo que lhe davam?

Trata-se de uma óbvia convergência de interesses: ao Governo interessa, por razões de propaganda política, coroar-se com os louros de uma vitória que não foi sua; à Inter, por razões ideológicas, não interessa vangloriar-se desse seu contributo, pois poderia dar a entender aos seus militantes que, em lugar de uma posição de combate e desconfiança, assume na CEE o papel de um "colaborador activo, leal e empenhado com o grande capital". E por convergências destas acabamos nós por ficar sem saber como as coisas se passaram...

j. m. p.

O.M.P.

NOVOS DESCOBRIDORES

Que o comandante Virgílio de Carvalho, arvorado pelo DN em "especialista de estratégia" (estatuto que lhe vale a presença frequente na RTP), é um homem cheio de imaginação, já não tínhamos dúvidas: só isso lhe permite ter escrito, desde há vários anos, dúzias de vezes o **mesmo artigo** naquele diário, sempre por palavras diferentes. Lá se encontram, invariavelmente, os ONP — Objectivos Nacionais Permanentes, as potências continentais e as marítimas, a vocação atlântica de Portugal, a ameaça espanhola — cozinhados de cem maneiras como o bacalhau.

Mas desta vez, o homem conseguiu surpreender-nos. Interrogado por "O Jornal" sobre "como organizaria as comemorações dos descobrimentos", saiu-se com esta: "Seria necessário demonstrar que os Descobrimientos Portugueses conseguiram o que conseguiram por serem uma verdadeira empresa

nacional, com escola própria (Sagres) (...), com génios como Afonso de Albuquerque e épicos como Camões e Pessoa". Claro que sabemos que o pobre do Pessoa tem dado volta a muitas cabeças nos últimos tempos e poucos já têm a coragem de escrever duas linhas em que o não metam ao barulho. Mas calinadas destas, mesmo assim, não são habituais. Se não é calinada, então pode ser uma descoberta de estrondo: ter-se-ão correspondido os dois épicos? partilharam aventuras? morreram abraçados um ao outro? Mais revelações, senhor Comandante! Já!

Serenamente, respeitosa-mente, o jornalista transcreve a erudita frase sem comentários. E terá começado a preparar o grande dossier sobre as comemorações dos 500 anos... de Pessoa!

j. m. p.

uma acção
na bolsada
da esquerda

As estratégias do dinheiro levam o mundo a falência.
É uma boa razão para fazer, agora um pequeno investimento num grande projecto: este "Combate", que pretende descortinar segredos, discutir a sociedade e a vida, fundar e fundamentar uma crítica de esquerda. Um Combate que vale a pena.

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Tel. _____
Desejo assinar o "Combate", a partir do n.º _____ por: _____
12 números 1000\$00 6 números 500\$00
Enviar cheque ou vale postal para: José Falcão, Rua da Palma, 268, 1100 Lisboa

18 / 179

DEPENDÊNCIA? SIM, OBRIGADO!

JOÃO MARTINS PEREIRA

GRAFISMO LUÍS FÉLIX



Quantos amantes não celebraram já, em belíssimos poemas, as doces grilhetas que os prendem ao seu amado? Dependência total, essa, nem sempre recíproca, que eles sabem efêmera mas crêem eterna, igual à de tantos outros mas vivida como única, irrepetível. Dependência de que não querem libertar-se, a dos amantes.

A relação amorosa é apenas o caso-limite das dependências gratificantes, desejadas, daquelas em que o prazer largamente excede os sofrimentos, as tensões, os pânico até, que, como dependências que são, sempre trazem consigo.

No outro extremo, temos as paixões solitárias. Caso típico será a do colecionador, sempre obcecado pela ideia de conseguir o tal selo, a tal peça, o tal livro, a tal boneca, ou apenas mais um, que virá enriquecer a sua coleção, a que dedica todas as horas livres, classificando, limpando, restaurando ou simplesmente olhando os objectos que, anos a fio, foi descobrindo, sempre alerta, nos mais variados recantos. Esquece-se de comer, esquece-se de dormir, esquece-se dos que o rodeiam – estes, quantas vezes dele dependentes, sem prazer nem amor, escravos de uma «mania» que não compartilham. Terão outras, talvez.

O furioso do futebol, esse vive com outros a sua paixão. Vai atrás do clube para todo o lado, levanta-se mais cedo (ou falta ao emprego) para assistir aos treinos, lê de ponta a ponta a imprensa desportiva (e, religiosamente, o jornal do clube), tem boné e cachecol para ir aos jogos, pendura pelas paredes da casa (ou da loja, se a tem) fotografias da equipa em sucessivos anos de mais ou menos glória. Com o passar dos anos, formou-se um grupo que vai aos jogos no mesmo autocarro, que se senta no mesmo local do estádio, entre cujos membros se trocam às vezes uns murros por insanáveis divergências a propósito de um lance, de um árbitro, de um jogador que é, para uns, uma «maravilha», para outros um «atraso de vida», mas tudo acaba ao balcão de uma cervejaria. Se a família não é igualmente furiosa – e há casos em que é – este dependente tem a vantagem de deixar muitas horas e dias em sossego, enquanto discute em altos berros no café da esquina ou vai aos jogos, abençoadas sobretudo as excursões quinzenais pelo país.

Dependência mais serena, menos tensa, a dos amigos. Dos que se vêem todos os dias, mas também dos que se vêem só de longe em longe.

Dos que nos procuram e dos que procuramos nós. Uns são mais macambúzios, outros mais galhofeiros, uns quase do berço, outros da escola, ou do trabalho, a maioria pescámo-los por aqui e por ali, ao acaso de encontros, de lutas, de cavaqueiras de café. Contam-nos histórias, dizem piadas, dão-nos notícias, são nossos confidentes (e nós deles) – são, quase sempre, a extensão e o suporte da nossa memória, o que nos consola, porque hoje, memória parece que só se conhece a dos computadores. Com os amigos, as conversas não têm princípio, nem meio, nem fim, não são para tomar decisões, nem para fechar um contrato. Duram o tempo de uma bica, ou de um copo, ou de vários, uma noite interminável. Às vezes, quase nem há conversa, basta-nos estar com eles. Outras, discutimos, zangamo-nos, estamos séculos sem nos ver. Outras ainda, limitamo-nos a pensar neles: o que será feito de A? O que é que B diria disto? Ou escrevemos cartas.

Precisamos deles como do pão para a boca. Sem esta dependência, acho que não viveríamos. Mas há quem não tenha amigos.

Dependência de um grupo, de uma iniciativa colectiva, de uma organização (partidária, por ex.). Esta é empenhada, entusiástica, por vezes quase religiosa-militante. O «carola», da associação de bairro, do grupo de teatro amador, do grupo excursionista, é a versão laica do militante. No grupo se tem os amigos, nele nos sentimos seguros, nele fazemos aquilo de que gostamos. Às vezes não gostamos, mas fazemos porque «tem que ser feito», ou porque nos foi atribuída essa tarefa: há sempre no grupo, em maior ou menor grau, uma disciplina, regras, um certo código moral. Em certos grupos há um chefe, ou há vários chefes – parece uma tropa, mas não faltam soldados que gostam de o ser, voluntariamente. Seja como for, chamemos-lhe uma fé, uma carolice, um ideal ou uma paixão, os «colectivos», mais ou menos abertos, mais ou menos participados, são o lugar onde o «dependente» está em casa: lá «faz coisas», lá vive, lá é solidário. Às vezes, só lá. Às vezes, só lá se sente gente.

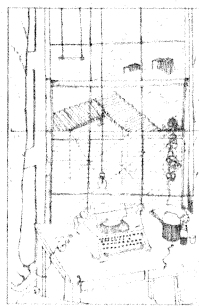
Todas estas dependências, e muitas parecidas, fomos nós que as escolhemos. Por isso nos entregamos a elas, as bendizemos, como os amantes as tais doces grilhetas. Por isso, fazem parte da nossa liberdade. Mesmo quando são fugas. Quem é que pode julgar?

*... Longa carta
de amor como política
e política como amor...*

EDUARDO LOURENÇO

EDUARDA DIONÍSIO

**Retrato
dum amigo
enquanto falo**



QUIMERA EDITORES

est. de benfica, 723 8.º dt. • 1500 lisboa • tel. 7004 42